

EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA 1991-2004

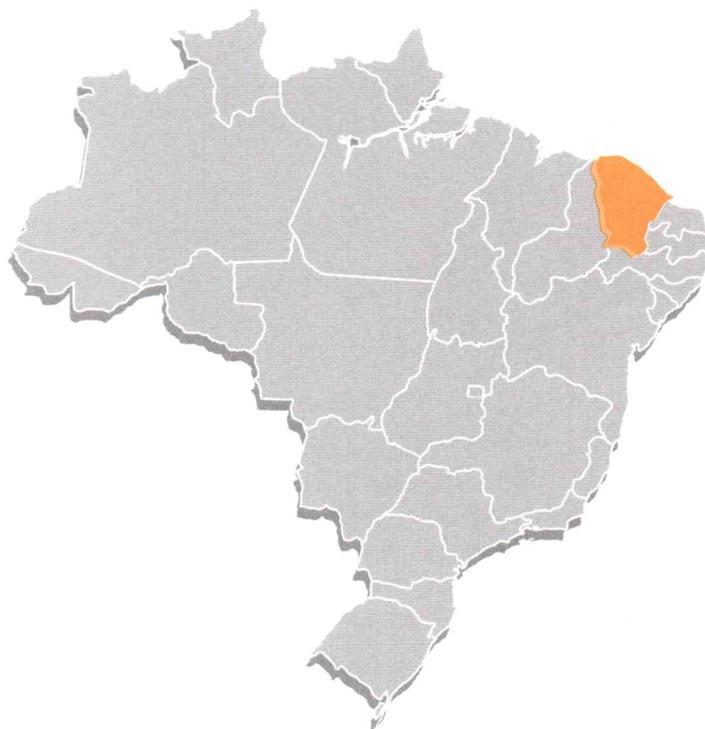


| Ceará

**INEP**

# EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA 1991–2004

## Ceará



**Organizadores:**

*Dilvo Ristoff*

*Jaime Giolo*

**INEP**

Instituto Nacional de Estudos  
e Pesquisas Educacionais  
Anísio Teixeira

Brasília - 2006

## **TIRAGEM**

2.100 exemplares

## **EDITORIA**

Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo 1, 4º Andar, Sala 418 CEP: 70047-900 – Brasília-DF – Brasil

Fones: (61) 2104-8438, (61) 2104-8042

Fax: (61) 2104-9441

editora@inep.gov.br

## **DISTRIBUIÇÃO**

Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo 2, 4º Andar, Sala 414 CEP: 70047-900 – Brasília-DF – Brasil

Fones: (61) 2104-9509

Fax: (61) 2104-9441

publicacoes@inep.gov.br

<http://www.inep.gov.br/pesquisa/publicacoes>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

---

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Educação Superior Brasileira : 1991-2004. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.  
28 v. ; tab.

Conteúdo: Acre ; Alagoas ; Amazonas ; Amapá ; Bahia ; Ceará ; Distrito Federal ; Espírito Santo ; Goiás ; Maranhão ; Minas Gerais ; Mato Grosso do Sul ; Mato Grosso ; Pará ; Paraíba ; Pernambuco ; Paraná ; Piauí ; Rio de Janeiro ; Rio Grande do Norte ; Rio Grande do Sul ; Rondônia ; Roraima ; Santa Catarina ; Sergipe ; São Paulo ; Tocantins ; Panorama Geral.

1. Educação superior. 2. Brasil. I. Título.

CDU 378:31

---

ISBN 85-86260-59-2



## APRESENTAÇÃO

A presente coleção faz parte do esforço que o Ministério da Educação, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vem empreendendo no sentido de democratizar o acesso aos dados coletados ao longo dos anos e estimular o seu uso por parte de pesquisadores, pró-reitores, reitores, dirigentes, secretários de educação, administradores, gestores e estudiosos da educação superior. Ao produzir, pela primeira vez, a série histórica dos dados do Censo da Educação Superior (1991 - 2004), tomando como ponto de partida cada uma das 27 unidades da Federação, o Inep disponibiliza, de forma sistemática e organizada, um instrumento capaz de apontar as grandes tendências, preferências e desequilíbrios da educação superior brasileira.

O estudo está organizado de forma a permitir uma compreensão do comportamento da educação superior, ao longo dos últimos 14 anos, em nove dimensões básicas: instituições, cursos, vagas, candidatos, ingressos, matrículas, concluintes, funções docentes e corpo técnico-administrativo. Os números e percentuais referentes a cada uma destas dimensões são sempre apresentados no sentido de facilitar comparações entre o que vem ocorrendo no País como um todo, na região geográfica e na Unidade da Federação sob análise. Da mesma forma, cada dimensão é observada tomando por base as diferentes organizações acadêmicas (universidades, centros universitários, faculdades, centros federais de educação tecnológica) e a categoria administrativa (federal, estadual, municipal, comunitária, particular) às quais os números se referem.

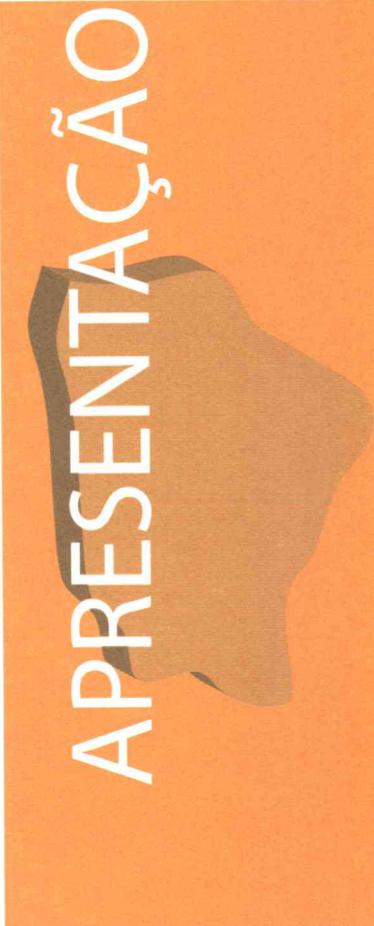
A organização dos dados de forma a facilitar os cruzamentos propostos permite que, rapidamente, se perceba onde, como e quando a educação superior vem crescendo nos últimos anos, podendo, portanto, vir a ser um poderoso instrumento para ancorar ou alavancar políticas públicas nacionais, regionais e estaduais para o setor.

O Inep trabalha com a convicção de que os números gerados pelos censos, cadastros e instrumentos de avaliação são propriedade da sociedade brasileira e que precisam ser, portanto, comunicados a ela e estudados por ela e com ela. Torna-se assim, fundamental democratizar o acesso aos dados, devolvendo-os à sociedade de forma simples e organizada. Mais do que isso, no entanto, é importante estimular o uso e facilitar a apropriação destes dados pelos pesquisadores e estudiosos da educação superior para que estes possam iluminar as informações, criar enfoques, gerar significados, produzir inferências e fazer recomendações.

O resultado deste esforço conjunto pode ser observado nos volumes que hoje o Inep disponibiliza à comunidade de pesquisadores e ao público em geral. Trata-se de um trabalho pioneiro que, pela sua importância, certamente passará a ser demandado anualmente a partir de agora.

Brasília, outubro de 2006.

Reynaldo Fernandes  
Presidente do Inep



APRESENTAÇÃO



## PRÓLOGO

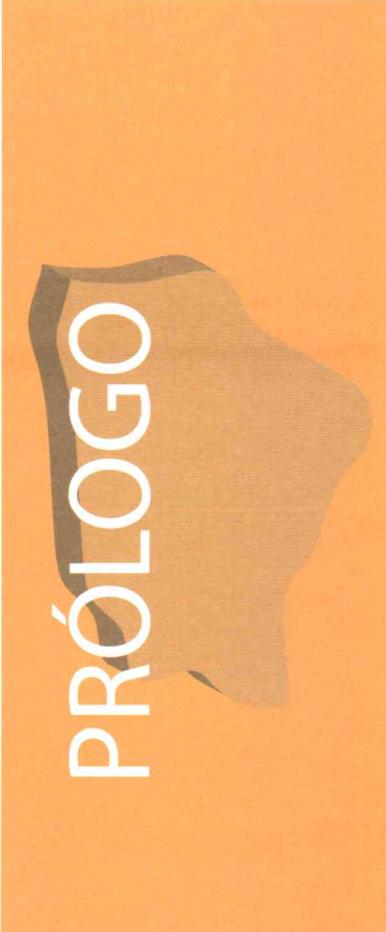
Este estudo resulta de parceria científica estabelecida entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ([www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)), o Grupo de Trabalho de Políticas de Educação Superior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) ([www.anped.org.br](http://www.anped.org.br); [www.anped11.uerj.br](http://www.anped11.uerj.br)) e a Rede Universitas/Br (<http://puhrs.br/faced/pos/universitas>), que integra o Grupo de Trabalho.

Essa cooperação produziu 27 estudos, cada qual analisando um estado brasileiro e o Distrito Federal, utilizando as bases de dados do Censo da Educação Superior do Inep e, em menor escala, informações e dados obtidos em outras fontes, como Cadastro dos Cursos e Instituições da Educação Superior do Inep, Enade, Pnad/IBGE etc.

A realização desse trabalho só foi possível mediante o engajamento efetivo dos agentes institucionais e individuais envolvidos, o que resultou em um trabalho acadêmico coletivo. Os primeiros acertos foram realizados em reunião ocorrida em março de 2006 no Inep. Posteriormente, no dia 10 de abril de 2006 foi realizada reunião técnica, com a presença dos pesquisadores de cada estado para definição das diretrizes gerais e entrega dos dados preliminares, bem como discussão da metodologia da análise. No período de 2 a 4 de maio de 2006, aproveitando a realização do Intercâmbio do GT de Políticas de Educação Superior/Rede Universitas/Br, ocorreu, na Universidade Federal de Alagoas, a terceira reunião de trabalho da equipe responsável pelos estudos visando avançar nas definições teórico-metodológicas. Nos dias 29 e 30 de maio de 2006, ocorreu, no Inep, seminário de apresentação dos textos preliminares de cada um dos estados, tendo em vista discussões e definições sobre a estrutura básica dos textos, bem como as categorias que deveriam nortear o processo de análise. Nessa reunião também foram definidos os prazos de entrega dos estudos, escolhido o Comitê Científico responsável pela revisão geral dos estudos e, ainda, as questões de publicação e divulgação do material.

Esta publicação tem, pois, o objetivo principal de analisar os dados relativos ao Censo da Educação Superior do Brasil - 1991 a 2004. Neste intervalo, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 20 de dezembro de 1996, que introduziu um conjunto de modificações relevantes no sistema educacional brasileiro. No caso da educação superior, foram regulamentadas formas diferenciadas de processo seletivo, introdução de diretrizes curriculares para os cursos de graduação, diferenciação institucional, dentre outras. Tendo em vista essas alterações o presente estudo considerou dois períodos: a) anterior à LDB (1991 - 1996); e, b) posterior à LDB (1996 - 2004). O objetivo é mostrar a intensidade e a extensão do impacto da nova lei. Os estudos, portanto, tematizam de forma privilegiada os seguintes processos: expansão, privatização (relação público-privado) e diversificação da educação superior, com vistas a contribuir, por um lado, para a explicitação e compreensão do movimento de reforma da educação superior na última década e, por outro lado, para a definição de políticas públicas de educação superior que incorporem as necessidades e os desafios do País e, em particular, de cada Unidade da Federação.

Os livros têm a seguinte estrutura: (a) Introdução, que apresenta uma breve síntese da educação superior brasileira, considerando especialmente o período 1996-2004; (b) Primeira Parte, que trabalha os aspectos mais relevantes da educação superior da Unidade da Federação. Esta parte compreende o trabalho específico dos pesquisadores convidados e apresenta um breve panorama sócio-econômico que, em certa medida, condiciona o movimento de educação superior; aspectos históricos que fundamentam o surgimento e a evolução da educação superior na unidade federada; e os indicadores fundamentais desse nível de ensino, no período 1991 - 2004, contemplando, especialmente: instituições, cursos, vagas, inscrites, ingressantes, matrículas, concluintes, funções docentes e funções técnico-administrativas. A análise apresentada compõe-se de seqüências históricas que potencializam a compreensão do movimento da educação superior no estado, à luz das transformações estruturais e das políticas de educação superior implementadas na última década. Esta parte, apresenta, como considerações finais, os limites e desafios concernentes à educação superior no estado; (c) Segunda Parte, que arrola uma vasta coletânea de tabelas com dados do Censo da Educação Superior, do Pnad/IBGE e do Cadastro das Instituições e dos Cursos de Educação Superior. As tabelas referentes ao Censo da Educação Superior estão organizadas na seguinte seqüência: instituições, cursos, vagas, inscrições, ingressos, matrículas, concluintes, funções docentes e funções técnico-administrativas. Em seguida, são colocadas as tabelas da Pnad/IBGE a respeito da população por Unidade da Federação e taxas de escolarização. Finalmente, a lista das instituições de educação superior de cada estado, credenciadas até julho de 2006 (dados do Cadastro de Instituições e Cursos do Inep).



# PRÓLOGO

Completando a coletânea dos estudos a respeito da educação superior brasileira, o Inep está publicando, além dos 27 exemplares referentes às unidades da Federação, mais três trabalhos gerais que tratam da extensão, da educação tecnológica e da educação superior brasileira, vista nos seus aspectos gerais. A leitura cruzada dos estudos específicos das unidades da Federação com os estudos gerais permite uma compreensão bastante completa da educação superior brasileira em sua evolução recente.

Com mais esta iniciativa, o Inep reafirma a sua política de servir ao Brasil e, de modo especial, ao sistema nacional de educação superior, democratizando os dados de seus acervos e estimulando estudos a partir dessas e outras fontes destinadas à pesquisa educacional. Trata-se de um trabalho de grande fôlego e, sob certos aspectos, inédito no Brasil. Por isso, cabe agradecer aos parceiros que foram decisivos para a realização do projeto: Anped, por meio de seu GT11, Rede Universitas e, de modo particular, cada um dos pesquisadores envolvidos, nomes que devemos mencionar:

Afrânio Catani	Jucineide Vieira Araújo	Maurício Castanheira
Alda Maria Duarte Araújo Castro	Luciene Medeiros	Mauro Mendes Braga
Ana Paula Hey	Luis Carlos Sales	Nelson Cardoso Amaral
Andréia da Silva Quintanilha Sousa	Luiz Fernandes Dourado	Nadia Fialho Hage
Antonio Maurício C. das Neves	Marcos Lourenço Herter	Olgaises Cabral Maués
Arlete M. Monte de Camargo	Margarita Victoria Rodríguez	Otilia M. B. Seiffer
Carina Elizabeth M. de Almeida	Maria das Graças da Silva Martins	Raphael Teixeira Aguiar
Carlos R. Massao Hayashi	Maria Alice Melo	Regina Celi Machado Pires
Deise Mancebo	Maria Núbia Barbosa Bonfim	Regina Maria Michelotto
Dilvo Ristoff	Maria Aparecida Freitas	Ricardo Rossato
Edineide Jezine	Maria do Carmo Lacerda Peixoto	Rosane Evangelista da Cruz
Elcio Gusmão Vercosa	Maria Antonieta A. de Oliveira	Rosângela Novaes Lima
Emir Guimarães Andrich	Maria do Socorro Xavier Batista	Salomão Mufarreg Haje
Ester Fraga do Nascimento	Maria das Graças Tavares	Sofia Lerche Vieira
Fabiane Robl	Maria Amélia Zainko	Stella Cecília Duarte Segenreich
Ilma Vieira do Nascimento	Maria Estela Franco	Stella Meneghel
Jandernaide Lemos	Maria de Lourdes de A. Favero	Tânia M. de Lima Beraldo
João de Ferreira de Oliveira	Maria Zoreide Britto Maia	Tereza C. M. A. Veloso
João dos Reis Silva Jr.	Maria da Penha Feitosa	Valdemar Sguissardi
Jorge Carvalho do Nascimento	Marília Morosini	Vera Lúcia Jacob Chaves
José Vieira de Souza	Mariluce Bittar	
Josenilson Guilherme de Araújo	Marinalva Silva Oliveira	

A todos, o reconhecimento do Inep.

Brasília, outubro de 2006.

Dilvo Ristoff

Jaime Giolo

Organizadores

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL - PANORAMA GERAL .....</b>	<b>13</b>
<b>PARTE 1: EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CEARÁ 1991 – 2004 .....</b>	<b>21</b>
1 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO CEARÁ: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS .....	22
1.1 Introdução .....	22
1.2 Breves notas sobre o Estado do Ceará .....	23
2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO CEARÁ: ASPECTOS HISTÓRICOS .....	24
2.1 Das origens aos anos 1980 .....	26
2.2 Universidades estaduais – nova etapa de expansão .....	28
2.3 Tendências da década de 1980 .....	29
3 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO CEARÁ 1991 – 2004.....	29
3.1 Instituições .....	33
3.2 Cursos e matrículas .....	39
4 VAGAS, INSCRITOS E CONCLUINTES .....	50
5 FUNÇÕES DOCENTES E SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS .....	63
6 LIMITES À EXPANSÃO DO SETOR PRIVADO NA REGIÃO NORDESTE E NO ESTADO DO CEARÁ .....	73
7 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO CEARÁ: CONSIDERAÇÕES FINAIS ....	75
REFERÊNCIAS .....	79

<b>PARTE 2: DADOS ESTATÍSTICOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DA REGIÃO NORDESTE E DO CEARÁ .....</b>	<b>85</b>
BLOCO 1: INSTITUIÇÕES .....	87
BLOCO 2: CURSOS .....	113
BLOCO 3: VAGAS .....	139
BLOCO 4: CANDIDATOS INSCRITOS.....	153
BLOCO 5: INGRESSOS .....	167
BLOCO 6: VAGAS, INSCRITOS E INGRESSOS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO, O TURNO E O SEXO.....	181
BLOCO 7: MATRÍCULAS.....	217
BLOCO 8: CONCLUINTES .....	231
BLOCO 9: MATRÍCULAS E CONCLUINTES POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO, O TURNO E O SEXO.....	245
BLOCO 10: FUNÇÕES DOCENTES .....	283
BLOCO 11: FUNÇÕES DOCENTES (EM EXERCÍCIO E AFASTADOS).....	345
BLOCO 12: FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.....	359
BLOCO 13: IBGE/PNAD/POPULAÇÃO 2004/TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA E LÍQUIDA 2004 .....	373
BLOCO 14: LISTA DAS INSTITUIÇÕES.....	379

# PARTE

**Autores:**

*Sofia Lerche Vieira*

*Stela Maria Meneghel*

*Fabiane Robl (Conaes)*

1

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CEARÁ 1991 – 2004

# 1 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO CEARÁ: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS<sup>1</sup>

## 1.1 Introdução

As origens da idéia de educação superior no Ceará remontam ao século XIX, explicitando-se nas Mensagens<sup>2</sup> dos governos republicanos a partir de 1891 (Costa, 2006). A sua existência, contudo, somente se materializaria no século XX.

Merece destaque, na história da educação superior (ES) do estado, o fato de que, até o início da década de noventa do século XX, a criação e o desenvolvimento de instituições de educação superior (IES), com algumas poucas exceções<sup>3</sup>, caracterizou-se como um empreendimento público. O governo estadual exerceu protagonismo ímpar neste cenário. Já no alvorecer daquele século financiou, com recursos do próprio Tesouro do Estado, as primeiras iniciativas de educação superior<sup>4</sup>. Tal situação configura-se como algo incomum no contexto mais geral da evolução da educação superior pública no País, onde a contribuição do governo federal tendeu a ser mais significativa que a da esfera estadual.

É verdade que, em relação ao passado, pode-se falar de um movimento pendular em termos da dependência administrativa (pública federal ou estadual) referente à criação de cursos. Alguns começam sob a jurisdição do Governo do Estado, outros de forma inversa. Desde a última década, porém, esta situação vem sofrendo alterações, devido a um grande crescimento do setor privado que, conforme dados do Censo 2004, possui o maior número de IES e é responsável por 47% das matrículas do Ceará.

Já nos anos recentes (governo Lula), a expansão da rede de educação superior pública pelo Governo Federal deu-se pela ampliação da esfera de atuação da Universidade Federal do Ceará (UFC) no interior, apesar da insistência do governo estadual para federalizar pelo menos uma de suas universidades (são três), que representam pesado ônus aos seus cofres. Embora a expansão mais recente tenha se concentrado no setor privado, as IES públicas ainda ocupam lugar de destaque no Estado.

O texto ora apresentado analisa a expansão da ES no Ceará desde o início da última década, caracterizando-a e, ao mesmo tempo, estabelecendo nexos com o movimento mais geral de expansão de ensino superior no País. Para tanto, está dividido em duas partes: em um primeiro momento, busca reconstituir o processo de lenta construção da educação superior no estado, debruçando-se sobre o intervalo compreendido entre a criação das primeiras instituições e o crescimento ocorrido até o

<sup>1</sup>As autoras agradecem a Joana Flávia Fernandes (MEC) e Priscila Holanda Costa (Bolsista de IC/CNPq-UECE) que colaboraram na busca de informações utilizadas na elaboração deste artigo.

<sup>2</sup>As Mensagens são relatórios que o Executivo envia ao Legislativo a cada ano de sua administração, detalhando as atividades realizadas. Como muitos dos principais documentos de política educacional não sobrevivem ao tempo, estas representam preciosa fonte de informação para a análise dos rumos da educação. As mesmas foram consultadas para a elaboração do presente estudo.

<sup>3</sup>É o caso da Universidade de Fortaleza (Unifor) que foi uma instituição criada pela iniciativa privada.

<sup>4</sup>Veja-se, a propósito, a monografia de Bezerra sobre o financiamento da educação no Ceará, do Império à Primeira República (2006).

início da década de noventa. Em seguida, dedica-se a desvendar as bases em que vem ocorrendo a sua expansão, tomando por ponto de partida dados de Censos realizados pelo Inep no período 1991-2004, foco central do trabalho. Este estudo pretende, assim, traçar um panorama da trajetória deste nível de ensino no Estado, bem como compreender seu perfil atual, tendências e desafios.

## 1.2 Breves notas sobre o Estado do Ceará

O Ceará possui particularidades de uma unidade federada localizada em uma região das mais pobres do País – o Nordeste. A densidade demográfica nordestina é de 29,95 hab./km<sup>2</sup> e a maior parte da população se concentra na zona urbana (60,6%). No que se refere à renda familiar, 50,12% da população ganha meio salário mínimo e, de acordo com levantamento do Unicef (1999), o Nordeste abriga 150 das cidades com maior taxa de desnutrição do País. Nestas, 33,66% das crianças menores de cinco anos de idade são desnutridas.

As principais atividades econômicas do Ceará estão ligadas à agroindústria e ao comércio. Os produtos da pesca também formam uma parcela importante da sua economia. O turismo vem crescendo substancialmente, principalmente no litoral. A indústria também vem se desenvolvendo, sendo que os setores têxtil, metalúrgico, químico e alimentício encontram-se em estágio consideravelmente avançado para os padrões regionais. Assim, no aspecto econômico, o desempenho deste estado acompanha o da economia nordestina que, entre 2000-2005, mostrou-se mais dinâmica que a média do País, contando com a contribuição da indústria e do setor de serviços - a agricultura e a pecuária enfrentaram situação inversa nos anos 1990.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ceará é composto por 184 municípios e abriga, em seu espaço de 148.825,602km, cerca de 8.097.276 habitantes (estimativa para 2005), sendo 65,67% na zona urbana e 34,67% na zona rural. No que se refere à renda, a população apresenta a seguinte distribuição: até 01 salário mínimo: 19,7%; de 01 a 02 salários mínimos: 31,0%; de 02 a 03 salários mínimos: 18,9%; de 03 a 05 salários mínimos: 15,0%; de 05 a 10 salários mínimos: 7,9%; de 10 a 20 salários mínimos: 3,6%; mais que 20 salários mínimos: 1,6%; sem renda ou sem declaração: 1,3% (IBGE/Pnad, 2004). Estes dados da população economicamente ativa evidenciam um Estado extremamente pobre, em que a maioria dos habitantes vive abaixo da linha de pobreza. Quanto à cobertura de serviços, vale destacar que a taxa referente ao esgotamento sanitário no Brasil é de 65,59%, no Nordeste é de 22,68% e no Ceará é de 24,8%. A coleta de lixo no Brasil atinge 83,01% da população, no Nordeste, alcança 81,46%; no Ceará, porém, a taxa é de 55,2%.

No campo educacional, o estado apresenta 24,8% de analfabetismo na população de 15 anos ou mais de idade, sendo maior que a do Brasil (11,4 %) e do Nordeste (22,4%). No que se refere ao tempo de escolaridade, 19,2% das pessoas com dez anos ou mais eram sem instrução e com menos de um ano de estudo, e apenas 8,1% afirmaram ter mais de oito anos de estudo (IBGE, 2004).

Este conjunto de dados alerta para a vulnerabilidade dos indicadores sociais do Ceará, onde parcela significativa da população não conta com serviços básicos indispensáveis à qualidade de vida. Não obstante, têm ocorrido avanços. O Estado vem fazendo investimentos crescentes em educação, como mostra a tabela a seguir.

**Tabela 1 – Gasto público com educação como percentual do PIB em anos selecionados**

Estados e regiões	Gasto público com educação como percentual do PIB		
	1995	1997	1999
Brasil	3,9	3,8	4,3
Nordeste	5,8	5,7	7,4
Sudeste	3,3	3,2	3,4
<b>Ceará</b>	<b>5,7</b>	<b>5,5</b>	<b>7,1</b>
Pernambuco	4,5	4,3	5,1
Bahia	4,4	4,2	6,0
São Paulo	2,8	2,9	3,0
Rio Grande do Sul	2,9	2,7	3,5

Fonte: SECITECE, 2006. A partir de dados MEC/Inep

Talvez, em função destes investimentos, seja possível observar que o seu índice de mortalidade infantil seja 25,2%, abaixo da Região Nordeste (37,65%), e próximo ao do Brasil (25,06%) (IBGE, 2002). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) vem aumentando significativamente (ver Tabela 38) ficando superior à maioria dos estados nordestinos.

Segundo dados do IBGE (2004), cerca de 65.154 jovens concluíram o Ensino Médio no Ceará, 524.570 na Região Nordeste e 1.884.874 no Brasil. De acordo com o Inep, a taxa de abandono, em 2002, deste nível de ensino no estado era de 14,9%, abaixo da região nordestina (17,5%) e do País (15,1%). No entanto, apenas 34% dos jovens na faixa entre 15-17 conseguem sua formação neste nível de ensino, (no Nordeste, 27,9% e, no Brasil, 44,4%). Ou seja, apenas um terço tem, potencialmente, acesso à formação superior.

O conflito entre as condições sócio-históricas, com as forças governamentais e civis organizando-se em torno da promoção do desenvolvimento econômico e social da população, caracterizam o Nordeste e constituem a história do Ceará. E é neste contexto que é preciso compreender o sistema de educação superior do Estado.

## 2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO CEARÁ: ASPECTOS HISTÓRICOS

Ao buscar uma articulação entre o nacional e o local, pode-se dizer que o desenvolvimento da educação superior no Ceará orienta-se, até certo ponto, pelo padrão mais geral do País ou, pelo menos, do Centro-Sul. Para a referida região, é possível definir pelo menos quatro distintas fases de expansão, a saber: 1) da criação das primeiras instituições ao surgimento das universidades, ocorrido entre as décadas de 1930 e 1940; 2) de meados da década de 1940 até a promulgação da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68); 3) da década de 1970, quando houve forte expansão, até o início da década de 1990, quando houve desaquecimento neste ritmo; e, 4) de meados da década de 1990 em diante, com a ocorrência de um novo surto expansionista, sob a égide do setor privado.

O que se observa no Ceará, no entanto, é uma aproximação tímida a este marco referencial mais geral. Há um tardio começo dos cursos superiores no estado. Se, em outras unidades da Federação, as primeiras instituições são criadas ao longo do século XIX, como é o caso dos cursos de Direito, em Pernambuco, e de Medicina, na Bahia, para mencionar apenas a Região Nordeste, a primeira iniciativa cearense, a Faculdade Livre de Direito do Ceará, data de 1903<sup>5</sup>.

Algo semelhante ocorre no que se refere à segunda fase identificada para o País, quando surgem as primeiras organizações universitárias em torno dos anos trinta e quarenta do século passado. Embora tenham existido estabelecimentos de ensino superior desde o início do século XX, a universidade propriamente dita é uma organização tardia no Ceará. A primeira delas se materializaria apenas em meados dos anos cinquenta, quando é estruturada a Universidade Federal do Ceará (UFC). As demais universidades viriam muito depois: duas delas na década de setenta e outras entre o final da década de oitenta e início de noventa<sup>6</sup>.

Em sua terceira etapa de desenvolvimento, a ES do Ceará mantém um padrão contínuo e lento de expansão da oferta, sobretudo nas instituições estaduais, já que o Poder Público foi o grande responsável pela maioria das iniciativas emergentes em todo esse período. Desta forma, o Ceará mais uma vez diferencia-se do Centro-Sul, onde houve muitas iniciativas de expansão protagonizadas pelo setor privado.

Nos primeiros anos da década de noventa, a estabilização no crescimento de matrículas em instituições particulares isoladas, visível em todo País, também se manifesta no Ceará. E é apenas a partir de meados desta década que o setor privado começa a influenciar os rumos da ES no Estado, inserindo-o crescentemente no mercado da indústria do conhecimento.

Feita esta síntese preliminar, procederemos a um maior detalhamento que oferece pistas para uma história da educação superior no Ceará<sup>7</sup>. A reflexão da primeira parte está organizada em tópicos que detalham o surgimento das primeiras instituições, o período correspondente à reforma universitária e seus desdobramentos, o crescimento da rede estadual e as tendências de desenvolvimento das instituições e de matrículas entre 1981 e 1990. Na segunda parte são analisados dados do Censo 2004, destacando na análise o movimento de expansão, privatização e diversificação da ES no País e no Estado. São tomados como base indicadores sobre criação de instituições, cursos presenciais, matrícula, vagas oferecidas e ociosas, ingressos e conclusões, além de dados sobre funções docentes e servidores técnico-administrativos.

---

<sup>5</sup>Embora esta informação seja corrente na literatura sobre a origem do ES no Ceará, Andrade (2005:133) afirma que: "a Livre, evidentemente, ao contrário do que uma interpretação desavisada possa induzir, não inauguraria o ensino superior no Ceará. Este já existia em meados do século XIX através de duas instituições de ensino, que desempenharam um papel significativo no processo de instrução escolar: O Seminário Provincial de Fortaleza e a Academia Militar do Ceará".

<sup>6</sup>Encontra-se, no anexo, uma listagem com dados sobre a criação de todas as instituições do Ceará, incluindo data de criação e categoria administrativa. Mas cabe destacar que, tendo em vista a utilização de diversas fontes de pesquisa, além do Inep, é possível que haja descompasso entre algumas das informações do texto e do anexo.

<sup>7</sup>Seria interessante e oportuno incorporar à reconstituição desta trajetória outros elementos passíveis de iluminar o cenário do desenvolvimento da educação superior no Ceará. Uma pesquisa mais aprofundada, por certo, traria contribuição significativa à realização de semelhante empreendimento. Até muito recentemente, as fontes primárias sobre a educação no Ceará não estavam catalogadas. Este trabalho encontra-se em curso e foi aos subsídios nele acumulados que se recorreu para o levantamento das informações aqui apresentadas. Conferir: Vieira e Farias (2005) e Vieira (2005).

## 2.1 Das origens aos anos 1980

A primeira escola de educação superior do Estado, conforme já referido, foi a Faculdade Livre de Direito do Ceará, criada em 1903 pelo governo estadual, com ativa participação de intelectuais da época<sup>8</sup>. Sua proposta inicial previa uma estrutura curricular integrada por dez disciplinas, com oferta prevista em cinco anos<sup>9</sup>.

Até 1945 foram criadas mais quatro instituições, entre escolas e faculdades, por iniciativa privada ou confessional: a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1916), a Escola de Agronomia (1918), a Faculdade de Ciências Econômicas (1936) e a Escola de Enfermagem (1943). Como se vê, há apenas cinco pequenas instituições de ensino superior (IES) no Ceará na primeira fase do desenvolvimento da educação superior no País.

A partir da segunda metade da década de quarenta, novas unidades e cursos foram criados: a Faculdade Católica de Filosofia (1947); a Faculdade de Medicina (1948); e, a Escola de Serviço Social (1950). Algumas dessas faculdades integrariam, posteriormente, a estrutura organizacional da Universidade Federal do Ceará (UFC)<sup>10</sup>.

Com a criação da UFC, em 1954, o Estado passa a ter uma universidade federal, mas as instituições implementadas depois dessa data tenderam a ser apoiadas pelo governo estadual - que, já naquele momento, enfrentava dificuldades para bancar o ensino deste nível<sup>11</sup>. Não obstante, tal preocupação, quando começa o regime militar, já estão em funcionamento as primeiras instituições estaduais. Pelo menos duas delas são citadas nas mensagens do período: a Escola de Administração do Ceará, instalada em 1961, com um curso de Administração Pública e que, em 1964, passa a contar com um curso de Administração de Empresas; e a Faculdade de Veterinária, instituída em 1963. Em 1966 o governo encampa a Faculdade de Filosofia do Ceará, oficializada como instituição estadual em 1967.

Nos anos sessenta, a reforma universitária é um dos principais focos do interesse e do debate educacional ao mesmo tempo em que assinala o início do terceiro período de crescimento da educação superior no País. Se há situações em que a reforma pode ser associada a um grande surto expansionista feito às expensas do Governo Federal, no caso do Ceará este processo é bem mais modesto. Diferentemente de outros estados vizinhos, como o Rio Grande do Norte e a Paraíba, que ampliaram de forma significativa suas universidades federais através de uma estrutura *multi-campi*, o

<sup>8</sup> Apesar de sujeita a muitas críticas por ocasião de disputas políticas na época da sua criação, a Faculdade Livre de Direito do Ceará teve a construção de suas instalações autorizada em 1906. No entanto, sua história não estaria livre de percalços: a inauguração do prédio ocorreria em 1938 e, do ponto de vista de sua dependência administrativa, passou por vários momentos: federalizada em 1934, voltou à administração do governo estadual, em 1936, sendo outra vez federalizada, em 1946. Posteriormente passou a integrar a Universidade Federal do Ceará (UFC), do qual trataremos adiante.

<sup>9</sup> Para maiores detalhes sobre a referida organização curricular, ver: Girão (1985).

<sup>10</sup> A Universidade Federal do Ceará (UFC), aprovada por lei sancionada pelo presidente Café Filho, foi criada em 1954 (CASTELO, 1970: 295). Sua instalação ocorreu em junho de 1955, sendo integrada por quatro estabelecimentos federais. Para maiores esclarecimentos, ver: Girão (1985: 421-432), Castelo (1970: 269-295) e Martins Filho (1983).

<sup>11</sup> A Mensagem de 1965 registra ponderação nesse sentido, ao afirmar que: "O ensino superior, no Brasil, está, paulatinamente, sendo encampado pelo Governo Federal, que tem condições financeiras para arcar com os pesados encargos que advêm de sua manutenção. Além disto, as disponibilidades financeiras do Governo Estadual mal dão para cobrir as despesas com o ensino primário e médio" (CEARÁ, MENSAGEM. 1965: 40).

Ceará é pouco ousado em sua expansão. Enquanto é grande o surto expansionista noutras unidades da Federação, apenas duas instituições particulares são criadas no período<sup>12</sup>.

É oportuno também mencionar a tardia adesão da UFC à implantação da reforma universitária, como revela um dos poucos estudos feitos sobre o tema no estado<sup>13</sup>. Trata-se de fato curioso, já que alguns dos mentores da reforma universitária pertenciam à instituição<sup>14</sup> e seria de esperar, portanto, que o Ceará estivesse na vanguarda daquele movimento. Vale ainda observar que, no Ceará, a reação ao regime militar pelo movimento estudantil foi bastante forte. Tanto que, para proteger as instalações da UFC, por diversas vezes foi solicitado auxílio/apoio de tropas do exército<sup>15</sup>.

Como se viu no início desta reflexão, independente da jurisdição (do governo do Estado ou da Federação), no Ceará a ES se desenvolveu com forte indução e apoio estatal. E o mesmo ocorre quando se analisa o processo de interiorização no Estado. Ele foi lento e seu início pode ser assinalado com a criação da Faculdade de Filosofia D. José (1961)<sup>16</sup> por iniciativa do município de Sobral. Da mesma década é a Faculdade de Filosofia do Limoeiro do Norte (1966), cuja autorização para funcionamento é concedida em 1967.

A criação dessas unidades prepara o terreno para que, num segundo momento, se organize a primeira universidade estadual. Em 1975, é criada a Universidade Estadual do Ceará (UECE), que incorpora diversas unidades de ensino superior existentes na época: Escola de Administração do Ceará, Faculdade de Veterinária do Ceará, Faculdade de Filosofia do Ceará, Faculdade de Filosofia D. Aureliano Matos de Limoeiro do Norte, Escola de Serviço Social, Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, Televisão Educativa do Ceará. Sua instalação ocorre dois anos mais tarde (1977).

Criada com o objetivo de atender às necessidades do desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Ceará, a UECE passou a atuar em outros municípios do Estado, estruturando-se, a partir daí, em rede multi-campi com faculdades nos municípios de Iguatu, Quixadá, Limoeiro do Norte, Crateús, Itapipoca e Tauá. A despeito dos objetivos referidos, ao longo de sua história, a instituição tem privilegiado a formação de professores, sendo aquela que maior número de cursos oferece nesta área.

---

<sup>12</sup>A Faculdade de Filosofia de Fortaleza foi criada e aprovada pelo Conselho Federal de Educação (CFE) em 1971, sendo autorizada por Decreto Presidencial no ano seguinte. Do mesmo período é a Universidade de Fortaleza (Unifor), criada a partir da Fundação Educacional Édson Queiroz, instituída em março de 1971, com o objetivo de captar recursos para viabilizar sua criação. A Unifor nasce como uma universidade, cuja estrutura organizacional agrega quatro centros: Centro de Ciências da Natureza, Centro de Ciências Tecnológicas, Centro de Ciências Humanas e Centro de Ciências da Saúde.

<sup>13</sup>Embora possa "ser considerada uma das precursoras da reforma na Região Nordeste do País", segundo Sá, a UFC "não se apresenta, no conjunto das universidades brasileiras, como uma instituição pioneira na implantação das modificações propostas pela Lei nº 5.540/68 e legislação correlata; muito ao contrário, poder-se-á dizer que está colocada entre as últimas universidades federais na caminhada para a efetivação da reforma" (1977:9).

<sup>14</sup>Valnir Chagas, um dos mentores da reforma de 1968, era professor da UFC no início dos anos sessenta. O reitor daquele período (Antônio Martins Filho), por sua vez, era membro do Conselho Federal de Educação (CFE), por onde tramitaram tais discussões.

<sup>15</sup>A propósito do tema, conferir o livro-depoimento do primeiro dirigente da UFC, que apresenta uma visão acerca da trajetória da instituição desde as primeiras idéias relativas à sua criação, em 1944, até 1967 (MARTINS FILHO: 1983, 216-240). Confrontar com Ramalho (1992 e 2002), que resgata a história do movimento estudantil no Ceará. Para o autor, diferentemente do resto do País, neste Estado o PC do B (Partido Comunista do Brasil) exerce hegemonia sobre o processo de organização dos estudantes, "acontecimento atípico em relação ao restante do País". Sua pesquisa explicita a resistência dos estudantes cearenses à ditadura até quando se aproxima a fase de maior fechamento do regime militar.

<sup>16</sup>As informações sobre as instituições que deram origem à Universidade Estadual Vale do Acaraú divergem entre 1961 (<http://www.lia.ufc.br/fernando/uva.htm>) e 1968 (<http://www.uvanet.br>).

Como se vê por essas breves considerações acerca do período deflagrado em torno da Reforma Universitária de 1968, trata-se de um momento fértil em termos da criação de instituições de ensino superior. No Ceará, embora promovida especialmente pelo setor público, a criação de novas instituições correspondeu a uma tendência emergente em todo o País, quando o 'milagre brasileiro' passou a requerer investimentos no setor. A expressão local desse movimento é um sinal claro de que, mesmo nas unidades mais pobres da federação, são concebidas alternativas para formar os filhos das camadas privilegiadas. O mercado em expansão, pródigo de empregos, necessitava ser abastecido.

No período subsequente, todavia, o ritmo de expansão sofre significativo decréscimo. Os anos oitenta, também considerados por alguns como a 'década perdida', praticamente não trarão novidades para o campo das instituições de educação superior. O que irá ocorrer, de fato, será um novo momento de organização das escolas estaduais existentes para posterior aglutinação como universidades.

## 2.2 Universidades estaduais – nova etapa de expansão

Na década de noventa, durante o governo de Ciro Gomes (1990-1994), as ações de educação superior passam a ser coordenadas pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará - Secitece, concebida e instalada em 1993<sup>17</sup>. Neste momento ocorre algo raro, que poucas unidades da Federação ousaram promover: a criação de mais duas universidades estaduais. No Nordeste, apenas a Bahia - Estado bem mais rico que o Ceará - faria algo semelhante.

A primeira universidade criada pelo governo do estado neste novo ciclo de expansão é a Universidade Regional do Cariri (Urca), em 1986. Instalada oficialmente em 1987, teve sua personalidade jurídica transformada em fundação em 1993. Localizada na região do Cariri cearense, sertão central do Nordeste, no sul do estado, seus cursos e demais atividades acadêmicas estão divididos em cinco *campi*: Pimenta, São Miguel, Pirajá, Lagoa Seca e Santana do Cariri<sup>18</sup>.

A segunda universidade do período é a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), criada em 1984 sob a forma de autarquia. Ao ser instituída, encampa as seguintes unidades: a Faculdade de Ciências Contábeis, a Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia, a Faculdade de Educação, a Faculdade de Tecnologia, todos integrantes da Fundação Vale do Acaraú e a Faculdade de Filosofia da Diocese de Sobral. Em 1993 foi transformada em fundação, tendo sido reconhecida pelo CFE no ano seguinte.

Em estudo sobre os problemas e desafios da universidade pública cearense, Linhares (2001) observa que o surgimento das universidades estaduais deve ser tributado antes à impotência política dos governantes para ampliar o sistema federal no Estado, do que à vontade deliberada de desenvolver um sistema de educação superior capaz de formar quadros desse nível. De qualquer forma, tal fato indica uma percepção do governo estadual sobre a importância estratégica da Universidade no que tange à promoção de desenvolvimento econômico e social – o que irá se confirmar nos anos posteriores.

---

<sup>17</sup>A criação da Secitece decorre da Constituição do Estado do Ceará (1989), que atribui ao estado a responsabilidade pelo desenvolvimento dessa área, com o objetivo de promover o bem-estar da população e o progresso das ciências, estabelecendo a política estadual de Ciência e Tecnologia em consonância com as políticas nacionais e regionais. Sua denominação posteriormente foi alterada para Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (2005).

<sup>18</sup>Atualmente, pela sua localização estratégica, atende a estudantes de cerca de 91 municípios do Ceará, Piauí, Pernambuco e Paraíba, distribuídos em cursos de graduação, programas especiais e pós-graduação *lato-sensu*.

Segundo o mesmo autor, há uma relação de mútua desconfiança entre a universidade pública cearense e o poder político: “Assim, o sistema estadual público nasce como um sistema paralelo que cresce sempre de forma subterrânea. Nossa elite econômica nunca se orgulhou dele ou fez da nossa universidade lugar de formação dos seus quadros” (LINHARES, 2001: 29).

É verdade que o custo-aluno da educação superior estadual se mostrou menos oneroso que aquele praticado pelas universidades federais. De lento crescimento e qualidade não uniforme, apresentou fragilidades ao longo do tempo (Idem: 29-47). A principal delas foi exatamente ligada ao financiamento, uma vez que o investimento em educação superior sempre representou alto custo para um estado pobre como o Ceará.

A despeito das dificuldades em que esbarrou ao longo da história, a universidade pública cearense, aí incluindo as instituições estaduais, prestou contribuição indispensável à formação de profissionais de nível superior e à produção de conhecimentos. Para Linhares, seu papel será de fundamental importância naquilo que denomina de “terceiro ciclo de modernização do estado”, permitindo ao Ceará avançar em direção a uma economia baseada na busca de inovação tecnológica e de criatividade democrática, capaz de superar definitivamente os modelos neo-patrimonialistas persistentes (Idem: 84).

### 2.3 Tendências da década de 1980

Nas próximas páginas será possível visualizar, em mais detalhes, o modelo que irá se configurar no Ceará a partir de meados dos anos noventa, correspondente à quarta etapa de desenvolvimento da educação superior. Antes de fazê-lo, porém, é pertinente proceder a um rápido exame do perfil da educação superior no estado antes desse novo surto expansionista, comparando dados a respeito do contingente de instituições e de matrículas do início da década de oitenta (1981) e de noventa (1990).

**Tabela 2 – Instituições de ensino superior e matrículas por categoria administrativa Ceará 1981 e 1990**

Instituições	Categoria Adm.	Instituições de ensino superior			Matrículas		
		1981	1990	Variação %	1981	1990	Variação %
	Total Geral	11	09	-18,2	39.034	36.694	-6,0
Universidades	Federal	1	1	-	15.118	11.136	-26,3
	Estadual	1	2	100	8.447	13.328	57,8
	Municipal	-	-	-	-	-	-
	Particular	1	1	0	10.648	10.290	-3,4
	Total	3	4	33,3	34.213	34.754	1,6
Estabelecimentos Isolados	Federal	-	-	-	-	-	-
	Estadual	5	-	-	-	1.940	-
	Municipal	-	-	-	833	-	-
	Particular	3	-	-	3.988	-	-
	Total	8	5	-37,5	4.821	1.940	-59,8

Fonte: Brasil. MEC. 1982 e 1991

Examinando os dados do quadro acima, salta aos olhos o relativo crescimento negativo em relação a instituições e oferta de matrículas no período considerado. Entre 1981 e 1990, ao contrário do esperado, as matrículas diminuíram. Uma observação do fenômeno em detalhe, todavia, permite perceber que este sensível encolhimento da oferta ocorre, de modo específico, na universidade federal e no estabelecimento particular isolado, que não aparece nas matrículas de 1990. Por outro lado, é visível que o crescimento da oferta pública estadual, um fenômeno da década de oitenta, se expressa na surpreendente expansão no período considerado. Uma comparação superficial entre os dados do período considerado poderia levar à suposição de que essa acomodação teria correspondido à redução no número de instituições. A análise mais cuidadosa, todavia, sugere que as instituições estaduais isoladas tenham sido aglutinadas na Urca, criada nesse intervalo.

Em novembro de 1991, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) para “proceder ao levantamento e análise das condições de funcionamento das três universidades públicas estaduais do Ceará”, com o intuito de oferecer “recomendações ao governo para o desenvolvimento da sua política em educação superior” (Grupo de Trabalho, 1992, p. 3). O GT, por incluir personagens de reconhecida estatura intelectual no Estado, tornou-se conhecido como “Comissão de Notáveis”. A equipe deteve-se sobre o tema, ouvindo mais de 150 pessoas e apresentando extenso relatório contendo um diagnóstico e recomendações, sintetizadas no texto: “Universidade, ciência e tecnologia – um projeto para o Ceará”. O documento foi apresentado ao governador Ciro Gomes, em abril do ano seguinte<sup>19</sup>.

O relatório da Comissão de Notáveis detém-se sobre dados referente às cinco universidades existentes: UFC, UECE, Urca, UVA e Unifor. Seu exame permite detectar algumas particularidades que explicitam diferenças entre as instituições. As universidades estaduais projetam-se pelo maior atendimento à graduação, concentrando 41,80% das matrículas, seguidas da federal, com 33,25% e 24,95% na universidade privada.

É de se ressaltar que, na composição da rede estadual, a UECE se destaca com 71,2% das matrículas, seguida da Urca e da UVA, com praticamente o mesmo percentual – 14,72% e 14,1%, respectivamente. As instituições estaduais, naquele momento, concentravam 79,9% de suas matrículas em cursos de licenciatura, representando 33,4% da oferta no conjunto do Estado. Percebe-se, por essas informações, que mesmo tendo sido criada com a finalidade de fomentar o desenvolvimento de ciência e tecnologia, como se viu antes, a vocação da UECE mostrou-se mais forte na formação de recursos humanos para o magistério e, mais especificamente, na área de humanidades. Esta representou uma contribuição significativa ao desenvolvimento do Estado, pois, em 1991, o relatório já advertia para a lacuna na formação de professores em áreas como matemática, física e química - problema generalizado no País, que tem sua contrapartida no Ceará e persiste no presente.

A oferta de cursos de pós-graduação *strictu sensu*, então, praticamente se concentrava na UFC, com 95,6% da oferta, seguida da UECE, com as demais matrículas (4,4%). No que se refere a cursos de especialização, a oferta estava concentrada nas mesmas instituições, com a Uece detendo 79,75% e a UFC o restante (20,25%).

---

<sup>19</sup> Para maior aprofundamento, conferir a íntegra do documento de 140 páginas com detalhado perfil da educação superior cearense no início da década de noventa. Ver: Grupo de Trabalho (1992).

Do ponto de vista da titulação docente, era flagrante a diferença entre as instituições. A UFC chamava a atenção por ter 63,34% de seus professores com mestrado e doutorado, seguida da UECE, com 18,43% e da Unifor, com 9,3%. Pelos dados do Relatório, naquele momento a UVA tinha apenas 4,24% de seus docentes nesta condição e a Urca somente 1,28%. Era considerável a presença de professores com especialização nas IES cearenses no período: a Urca, com 60,25%; a UVA, com 57,64%; a Unifor, com 40,67%; a UECE, com 34,63% e a UFC, com 9,24%. Para finalizar a análise deste indicador, vale a pena verificar o percentual de professores apenas graduados, a saber: 50,00% na Unifor, 46,92% na Uece, 38,13% na UVA, 27,41% na UFC e 19,87 na Urca. Como se vê, até o início da década de noventa, o Ceará foi pouco pródigo na qualificação de seu pessoal docente atuante nas instituições de ensino superior. Tal situação, com certeza, teve papel importante na definição da qualidade da educação ofertada, sobretudo na produção científica.

Um último aspecto interessante a observar refere-se ao cálculo da despesa aluno/ano por IES. Segundo o relatório, este valor, calculado em dólares era de US\$ 2.476,19 para a UFC; US\$ 920,99 para a Uece; US\$ 183,50 para a Urca; e, US\$ 183,50 para a UVA. Não há dados sobre a Unifor. Para o caso das universidades estaduais, estão incluídos no total também as despesas de aposentadorias e os casos de disponibilidade. Conforme a mesma fonte, citando dados da revista Veja, a despesa aluno/ano no Brasil então se situava em torno de US\$ 8.000,00 (GRUPO DE TRABALHO, op. cit. p. 34).

As considerações apresentadas até aqui permitem delinear o quadro sob o qual se desenvolveu a educação superior no Ceará, desde sua origem até o início da década de noventa. Nesse intervalo de quase um século, não são observados movimentos ousados ou inesperados. A trajetória percorrida é linear sem maiores destaques senão talvez pelos marcos referenciais que representaram a criação da UFC na década de 1950 e da primeira e única universidade particular do Estado, a Unifor. Em meio a esses dois pontos de inflexão, cresce quase que sub-repticiamente o ensino superior estadual, que termina esse primeiro ciclo de desenvolvimento materializando-se em três universidades. Até então a oferta de educação superior é de natureza predominantemente pública, situação que começa a mudar a partir da década passada. É nesse cenário que se prepara a quinta fase de expansão que irá ocorrer a partir de 1991, a qual será tratada nos próximos tópicos.

### 3 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO CEARÁ 1991 – 2004

De acordo com o Censo 2004, é pequena a representatividade do Ceará na educação superior do País. E esta sofreu praticamente poucas alterações no período 1991-2004. Dados sobre matrícula de ES por população no País indicam que o estado ocupa a 24ª posição entre as unidades da Federação em termos de oferta (SECITECE: 2006).

Em 1991, o Estado compunha 9,0% do total de instituições de educação superior (IES) da Região Nordeste; em 1996, 8,24% e, em 2004, 12,2% (Tabela 3). No entanto, ao longo dos últimos 15 anos, se observado o número de matrículas, a participação do Ceará na Região Nordeste diminuiu 1,5%, enquanto a sua representação nacional manteve-se quase inalterada - em média, 2,3% (Tabela 11).

Quanto ao número de IES, verifica-se no Ceará significativo crescimento numérico no período ora analisado. O Estado representava, em 1996, 0,86% do total nacional, com quatro públicas e quatro privadas, tendo 10% e 7% do total regional, respectivamente. Em 2004, há registro de acréscimo de apenas uma instituição pública (passou a 05) e aumento de 925% no número de IES privadas (de 04 para 37). Com isso, passou a ter 8,92% das instituições públicas e 12,85% das privadas da região; e 2,23% das públicas e 2,068% das privadas no cenário nacional.

É claro, porém, que o significado e importância da educação superior do Ceará vai muito além da sua representação numérica em termos nacionais, tendo em vista que os avanços no campo econômico e social do Estado dificilmente ocorreriam sem a participação das suas IES.

Um rápido olhar para o período 1991-2004 indica aumento da representatividade do NE no cenário nacional em termos de número de IES (de 11,2% para 17,1%), assim como do Ceará no âmbito regional – de 9% para 12,2% (Tabela 2). Como já apontado, porém, este crescimento numérico não se reflete na representatividade de matrículas do estado em relação à região que, no período indicado, teve queda de 1,5%. Embora a variação percentual no número total de matrículas, no Estado, tenha sido de 8,8% entre 1991-1996 e 128,3% entre 1996-2004 (Tabela 11).

**Tabela 3 – Distribuição das instituições de educação superior no Brasil, Região Nordeste e Ceará 1991-2004**

Ano	Brasil	Nordeste		Ceará		
		Total	% (Br)	Total	%(Re)	%(Br)
1991	893	100	11,2	9	9,0	1,0
1992	893	105	11,8	9	8,6	1,0
1993	873	95	10,9	9	9,5	1,0
1994	851	88	10,3	5	5,7	0,6
1995	894	92	10,3	8	8,7	0,9
1996	922	97	10,5	8	8,2	0,9
1997	900	101	11,2	8	7,9	0,9
1998	973	124	12,7	10	8,1	1,0
1999	1.097	141	12,9	11	7,8	1,0
2000	1.180	157	13,3	13	8,3	1,1
2001	1.391	211	15,2	19	9,0	1,4
2002	1.637	256	15,6	25	9,8	1,5
2003	1.859	304	16,4	32	10,5	1,7
2004	2.013	344	17,1	42	12,2	2,0
1991/1996 (%)	3,2	-3,0	-	-11,1	-	-
1996/2004 (%)	118,3	254,6	-	425	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

Cabe compreender este fenômeno no âmbito da política nacional para a Educação Superior (ES). No período 1991-2004, segundo os dados do Censo 2004, houve grande elevação do número de IES em todo o Brasil. No entanto, tal fato ocorreu especialmente a partir de 1998, pois, entre 1991-1996, o crescimento foi muito pequeno – 3,2% (Tabela 3). Não obstante, neste mesmo intervalo, observa-se aumento de 19,4% no número de matrículas<sup>20</sup> (Tabela 11).

<sup>20</sup> O baixo crescimento de IES deu-se porque diversas pequenas instituições – Faculdades e Escolas Isoladas, Institutos e Centros de Ensino Superior – foram reunidas em Universidades ou Centros Universitários.

No Nordeste e no Ceará, porém, entre 1991-1996 houve retração no número de IES (-3,0% e -11,1% respectivamente), além de um crescimento de matrículas menor que o observado no País (13,1% e 8,8%, respectivamente).<sup>21</sup> Já no período posterior, 1997-2004, notam-se taxas de crescimento de IES e de matrículas significativamente maiores, e em proporções similares, tanto no País e na região quanto no Estado, em um aumento bastante acentuado a partir do ano 2000 (tabela 2).

Este movimento de **expansão** será o foco da análise das próximas páginas, em que buscaremos caracterizar em que tipos de instituições e cursos ele ocorreu; os seus reflexos em termos de abertura de cursos, vagas, matrículas e formaturas (conclusões de graduação); além de sua relação com indicadores de servidores docentes e técnico-administrativos.

### 3.1 Instituições

A série histórica 1991-2004 da Tabela 4 mostra o crescimento de IES na Região Nordeste e no Ceará nos segmentos público e privado. Em ambos os casos houve significativo aumento dos indicadores, havendo que destacar: 1) no período 1991-2004, o setor privado cresceu no Nordeste e no Estado, muitas vezes mais que o público; 2) no período 1991-1996, o crescimento de instituições foi negativo, ou seja, diminuiu na região e no estado; nos anos seguintes, porém, houve altíssimo ritmo de expansão, ainda mais acentuado a partir de 2000.

**Tabela 4 – Distribuição das instituições educação superior por categoria administrativa na Região Nordeste e Ceará 1991-2004**

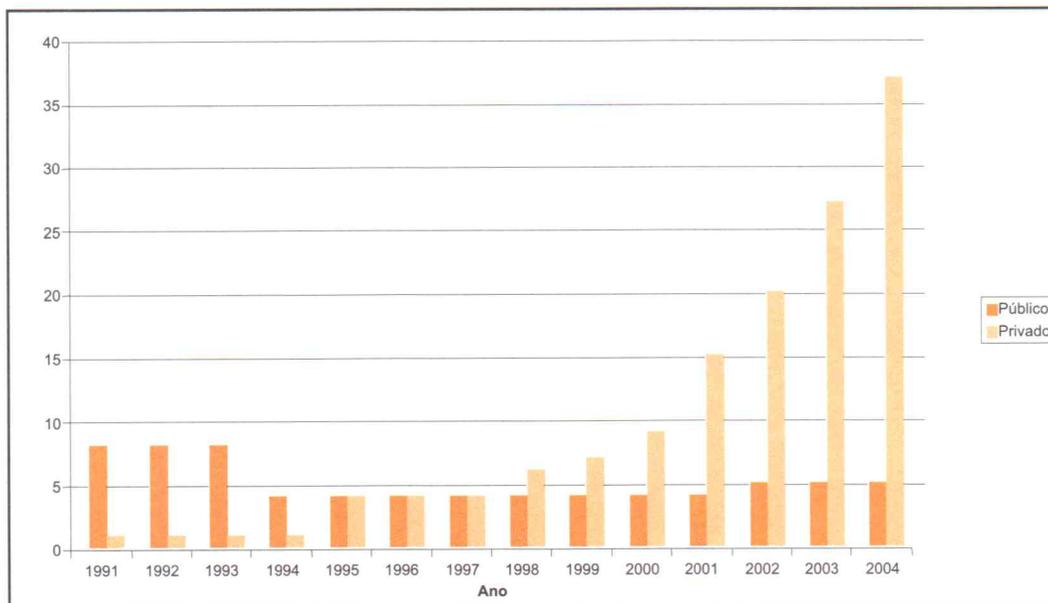
Ano	Brasil		Nordeste		Ceará	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
1991	222	671	48	52	08	01
1992	227	666	48	57	08	01
1993	221	652	41	54	08	01
1994	218	633	39	49	04	01
1995	210	684	38	54	04	04
1996	211	711	40	57	04	04
1997	211	689	43	58	04	04
1998	209	764	44	80	04	06
1999	192	905	45	96	04	07
2000	176	1.004	44	113	04	09
2001	183	1.208	46	165	04	15
2002	195	1.442	51	205	05	20
2003	207	1.652	52	252	05	27
2004	224	1.789	56	288	05	37
1991/1996 $\Delta\%$	-5,0	6,0	-16,7	9,6	-50,0	300
1996/2004 $\Delta\%$	6,2	152,0	40,0	405,3	25,0	825

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

<sup>21</sup>Uma possível justificativa para tal tendência poderia ser a lógica do desenvolvimento brasileiro que tem-se centrado na Região Centro-Sul, excluindo regiões e estados mais pobres.

Com relação à expansão do setor privado, os números denotam clara inversão da oferta de ensino em instituições públicas e privadas. No NE, em 1991, o número de IES públicas e privadas estava equilibrado; em 1996, já preponderavam as privadas e, em 2004, o número de IES privadas é cinco vezes maior que o de públicas. No caso do Ceará, esta inversão foi ainda mais gritante pois, em 1991, o Estado possuía apenas uma IES privada; em 1996 a quantidade de públicas e privadas estava equilibrada e, menos de uma década depois, as instituições públicas tornaram-se exceção. Em todo o período, enquanto o setor privado registrou acréscimo de 33 novas IES, o setor público ampliou apenas uma (ver Gráfico 1). Há de se observar que a instituição nem sempre constitui o melhor indicador para análise do crescimento, uma vez que dez pequenos estabelecimentos isolados sequer se aproximam da oferta de uma única universidade. Entretanto, a proliferação de IES isoladas tem algo a ensinar sobre o crescimento que se dá no período. Ao que tudo indica, a iniciativa privada descobriu a ES como um novo filão a explorar. Não é por acaso que este movimento ocorre, justamente, num momento em que a participação privada está se reduzindo na oferta de ensino fundamental e médio. A justiça tem dado ganho de causa a famílias inadimplentes com escolas, o mesmo não ocorre com a ES.

**Gráfico 1 – Instituições de educação superior públicas e privadas no Ceará 1991 e 2004**



No que se refere ao forte ritmo de expansão, em especial a partir de 2000, é preciso lembrar que, no início da década de 1990, diversas pequenas instituições de todo o País foram incorporadas por outras maiores ou, então, buscaram reunir-se a fim de formar uma única instituição – no caso, universidades ou faculdades integradas. Segundo a legislação até meados da década de 1990 (Lei nº. 5.540/68 da Reforma Universitária e Constituição de 1988), a universidade era o “modelo” de organização acadêmica do País, enquanto o ensino ministrado em institutos, faculdades e escolas isoladas deveria ser “exceção”. Na prática, porém, em termos de números, as IES isoladas já prevaleciam.

No entanto, legislação complementar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996 - o Decreto nº 2.306/1997 - estabeleceu que a ES poderia ser ofertada em: I - Universidades, II - Centros universitários, III - Faculdades integradas, IV - Faculdades e V - Institutos superiores e escolas superiores. Na forma atualmente em vigor (Decreto nº 3.860/2001), houve a condensação dos incisos III, IV e V do Decreto nº 2.306/1997 em um único item: "Art. 7. Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino classificam-se em: I - Universidades; II - Centros universitários; III - Faculdades integradas, Faculdades e Institutos superiores e Escolas superiores". Além disso, as instituições que compunham o segmento privado foram divididas em novas sub-categorias: filantrópicas, confessionais e comunitárias (Lei nº 9.394/1996 – Art 20)<sup>22</sup>. Com isso, foi aberta a possibilidade de novos formatos institucionais em todo o País, constituindo, a partir de 1997, um movimento de diversificação da ES.

Cabe, portanto, analisar no detalhe as implicações desta diversificação no Estado do Ceará. No que tange à Categoria Administrativa, a Tabela 5 mostra que, de acordo com a abertura dada a partir da LDB/96, a partir de 1997, começaram a surgir no Ceará instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas. É importante notar que elas não foram criadas como tal; eram essencialmente particulares em seus fins. No entanto, aproveitaram-se de uma brecha na legislação para obter isenções fiscais e, em função disso, mudaram de natureza jurídica. De qualquer forma, tais IES já representavam, em 2004, 21,6% do total de instituições privadas do estado, sendo assim caracterizadas: quatro confessionais, duas confessionais e filantrópicas e duas filantrópicas. Cabe considerar ainda, que a Universidade de Fortaleza, criada em 1973, como privada no sentido estrito, em 1997 passou a compor a categoria privada filantrópica (Ver: listagem de instituições, em anexo).

---

<sup>22</sup>Lei nº 9.394/1996 – "Artigo 20: As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: I – Particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo; II - Comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; III - Confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior; IV - Filantrópicas, na forma da lei".

**Tabela 5 – Distribuição de IES privadas no Ceará segundo categoria administrativa 1991-2004**

Ano	Total de IES Privadas		Particulares		Comunit./Conf./Filant.	
	N	%	N	%	N	%
1991	1	11,1	1	100,0	0	0,0
1992	1	11,1	1	100,0	0	0,0
1993	1	11,1	1	100,0	0	0,0
1994	1	20,0	1	100,0	0	0,0
1995	4	50,0	4	100,0	0	0,0
1996	4	50,0	4	100,0	0	0,0
1997	4	50,0	3	75,0	1	25,0
1998	6	60,0	3	50,0	3	50,0
1999	7	63,6	5	71,4	2	28,6
2000	9	69,2	8	88,9	1	11,1
2001	15	78,9	13	86,7	2	13,3
2002	20	80,0	17	85,0	3	15,0
2003	27	84,4	22	81,5	5	18,5
2004	37	88,1	29	78,4	8	21,6

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

Uma análise da série histórica no que tange à organização acadêmica também permite observar o movimento de diversificação a partir de 1997. A Tabela 6 mostra que, até 1996, era pequeno o número de faculdades integradas, assim como de institutos, escolas ou faculdades isoladas. No período 1997-2001, porém, a expansão da ES ocorrerá justamente por via destas instituições, particularmente no segmento privado, sendo que, nos últimos três anos, registra-se o surgimento de um novo tipo de IES: as escolas e centros de formação de tecnólogos<sup>23</sup>. Há, portanto, um enorme índice de crescimento nas faculdades, escolas e institutos, que representam, em 2004, 74,0% das IES (Gráfico 2). Cabe notar que, no período 1991-2004, a variação de crescimento destas IES no Ceará (1450%) foi muito superior à encontrada na Região Nordeste (363%) que, também, esteve bastante acima da variação percentual média nacional (129%).

<sup>23</sup>É importante assinalar que a par das matrículas do Cefet, antiga escola técnica federal transformada em Centro de Educação Superior mantido pela União, as demais instituições desta natureza foram criadas por iniciativa do governo estadual, no âmbito da diversificação do sistema de ciência e tecnologia do Estado. Além das universidades, antes mencionadas, o sistema é integrado por outras instituições, dentre elas três Centec (Instituto Centro de Ensino Tecnológico), localizados em Sobral, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte. Embora mantidas com recursos estaduais, os CENTECs são organizações sociais e têm suas matrículas computadas na categoria das instituições privadas.

**Tabela 6 – Distribuição das instituições de educação superior por organização acadêmica no Ceará 1991 a 2004**

Ano	Universidades		Faculdades Integradas		Faculdades, Escolas e Institutos		Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia	
	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas
1991	3	1	-	-	5	-	-	-
1992	3	1	-	-	5	-	-	-
1993	3	1	-	-	5	-	-	-
1994	4	1	-	-	-	-	-	-
1995	4	1	-	1	-	2	-	-
1996	4	1	-	1	-	2	-	-
1997	4	1	-	-	-	3	-	-
1998	4	1	-	-	-	5	-	-
1999	4	1	-	-	-	6	-	-
2000	4	1	-	-	-	8	-	-
2001	4	1	-	-	-	14	-	-
2002	4	1	-	-	-	19	1	-
2003	4	1	-	-	-	24	1	2
2004	4	1	-	1	-	31	1	4

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

Cabe observar que o Ceará não apresenta centros universitários e conta com apenas uma faculdade integrada. Com relação à organização acadêmica das IES brasileiras, em 2004 nota-se uma representação significativa da diversificação promovida pelo estado na última década. As universidades, que pelo previsto na Reforma Universitária de 1968 deveriam ser o centro do sistema de ES, são apenas 8,4% do total de IES do País. Os centros de educação tecnológica e faculdades de tecnologia, criados basicamente a partir de 2000, compõem 7,1%. E institutos, escolas e faculdades isoladas são 73,2% das IES brasileiras (Tabela 7).

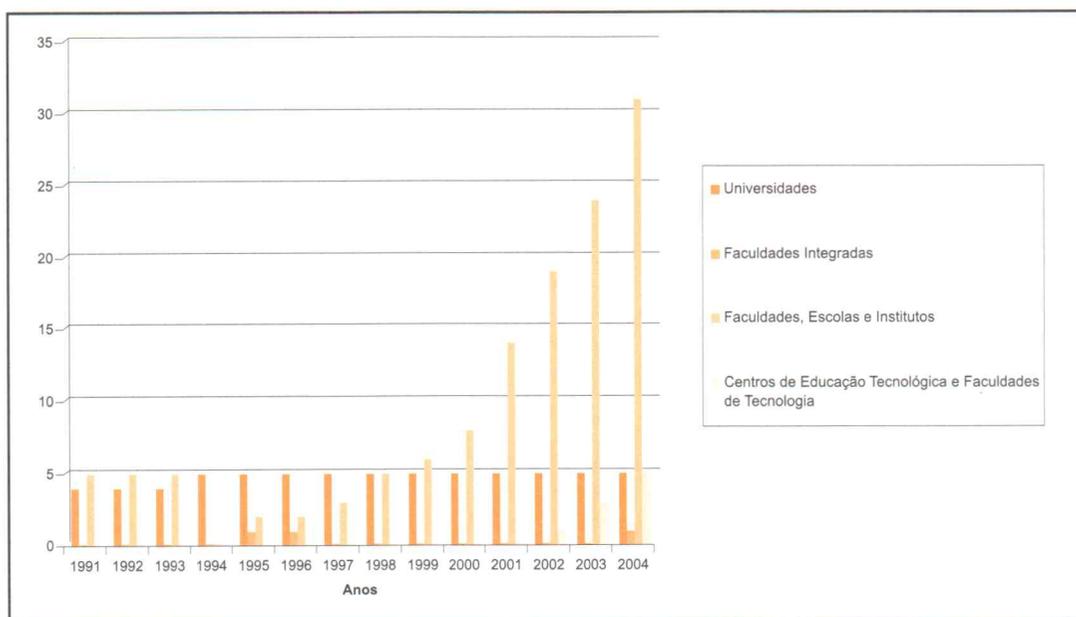
Assim, percebemos que a Região Nordeste e o Estado do Ceará, apesar de não reproduzirem a configuração de IES do País (pela ausência de centros universitários e pequeno número de faculdades integradas), mostram a mesma tendência de cultivar poucas universidades e ter a expansão dada pela criação de pequenas escolas isoladas e, nos anos recentes, de centros de educação tecnológica e faculdades de tecnologia.

Quanto aos centros e escolas tecnológicas, foram criados no Ceará apenas a partir de 2002, mas, ao término de 2004, já representavam 12% do total de IES do Estado (o mesmo percentual das universidades). Em termos nacionais, este tipo de organização acadêmica representava 25% do total regional e 3,47% do total nacional.

**Tabela 7 – Distribuição de IES por organização acadêmica no Brasil, Nordeste e Ceará em 2004**

Região	Universidades		Centros Universitários		Faculdades Integradas		Faculdades, Escolas e Institutos		Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Brasil	169	8,4	107	5,3	119	5,9	1.474	73,2	144	7,1	2.013	100
Nordeste	30	17,8	03	2,8	08	6,7	283	19,2	20	13,9	344	17,0
Ceará	05	3,0	0	0	01	0,8	31	2,1	05	3,5	42	2,1

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

**Gráfico 2 – Distribuição de IES no Ceará segundo organização acadêmica 1991-2004**

A análise da ES no Ceará no período 1991-2004, portanto, revela um movimento expansionista um tanto distinto do encontrado no centro-sul do País. Embora impulsionado por IES privadas, organizadas em pequenas faculdades e escolas isoladas, e também registre, nos anos recentes, rápido crescimento de cursos de formação de tecnólogos, a interiorização, tal como em todo Nordeste, foi pequena se comparada à média do País<sup>24</sup>. Veremos, a seguir, o que a expansão por via de IES privadas implica em termos de oferta de cursos, matrículas, vagas e conclusões de cursos.

<sup>24</sup>Cabe destacar que o processo de interiorização da ES no Ceará, anterior ao de expansão do período analisado neste texto, deve ser examinado à luz da participação das IES estaduais fora da capital, uma vez que estas mantêm muitos cursos fora de sede.

### 3.2 Cursos e matrículas<sup>25</sup>

A tendência, já observada, de expansão da ES com base no setor privado e após a LDB/96, mostra-se também quando se procede à análise da série histórica dos cursos de graduação. O Ceará, seguindo a tendência da região e do País, registra no período 1997-2004 um aumento muitas vezes maior que no anterior. Apesar de tal crescimento ter ocorrido tanto no setor público quanto no privado, foi bem mais acentuado neste último. E, embora a presença do setor público ainda seja maior que a do privado, este tem mostrado um ritmo de crescimento tão expressivo (em particular nos últimos três anos), que permite a projeção de que, em pouco tempo, será preponderante (Gráfico 3).

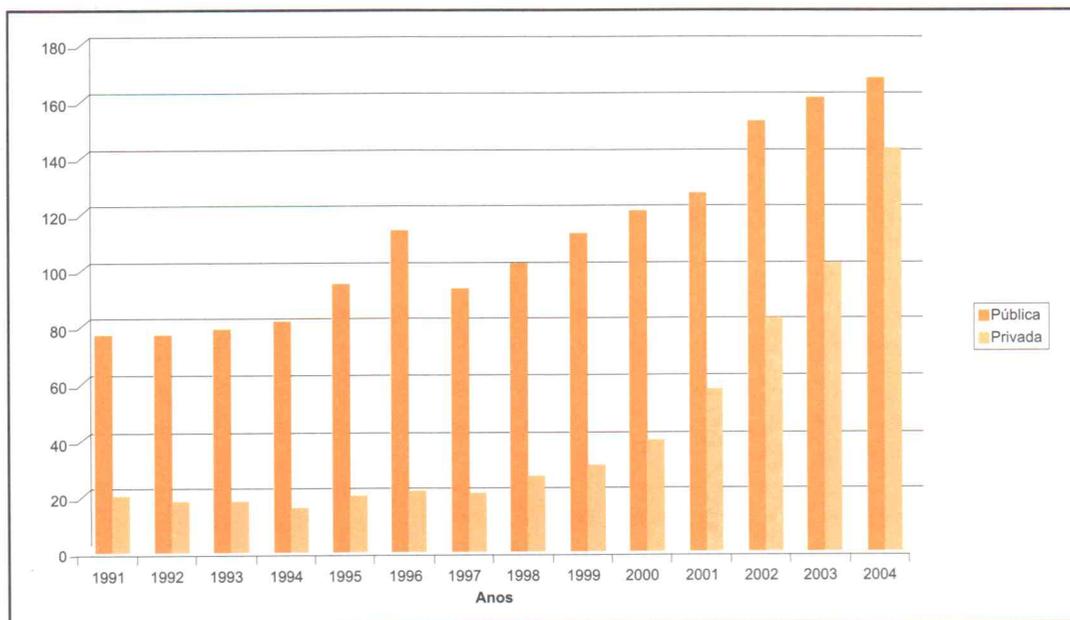
Há que destacar, porém, que o aumento da oferta de cursos de graduação ao longo do período 1991-2004 não interferiu na representatividade do Ceará em termos regionais e nacionais; ao contrário, esta vem diminuindo – houve queda de 12,7% para 9,4% na região. O estado, portanto, não acompanha a tendência ascendente do Nordeste de ampliar sua participação nacional na abertura de cursos de graduação presenciais (Tabela 8).

**Tabela 8 – Distribuição de cursos de graduação presenciais, por categoria administrativa, no Brasil, na Região Nordeste e no Ceará 1991 a 2004**

Ano	Brasil	Nordeste		Ceará				
		Total	%Br	Total	%Re	%Br	Pública	Privada
1991	4.908	764	15,6	97	12,7	2,0	77	20
1992	5.081	774	15,2	95	12,3	1,9	77	18
1993	5.280	801	15,2	97	12,1	1,8	79	18
1994	5.562	827	14,9	98	11,9	1,8	82	16
1995	6.252	938	15,0	115	12,3	1,8	95	20
1996	6.644	1.031	15,5	136	13,2	2,0	114	22
1997	6.132	934	15,2	114	12,2	1,9	93	21
1998	6.950	1.134	16,3	129	11,4	1,9	102	27
1999	8.878	1.467	16,5	144	9,8	1,6	113	31
2000	10.585	1.662	15,7	161	9,7	1,5	121	40
2001	12.155	1.978	16,3	185	9,4	1,5	127	58
2002	14.399	2.514	17,4	236	9,4	1,6	153	83
2003	16.453	2.927	17,8	263	9,0	1,6	161	102
2004	18.644	3.318	17,8	311	9,4	1,7	168	143
1991/1996 Δ%	35,4	34,9	-	40,2	-	-	32,4	10,0
1996/2004 Δ%	180,6	221,8	-	128,7	-	-	47,4	550,0

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

<sup>25</sup>Neste item estaremos tratando apenas de matrículas e cursos de graduação presenciais, uma vez que não havia dados suficientes para análise de cursos à distância e presenciais, tampouco sobre educação tecnológica no período (1991-2004) para o Estado do Ceará.

**Gráfico 3 – Cursos de graduação por categoria administrativa no Ceará 1991-2004**

Porém, é importante registrar, utilizando índices de crescimento de cursos de graduação, que o movimento de privatização da educação superior no Ceará tem sido diferenciado do verificado na região e no País (Tabela 9). No Brasil, em 1991, embora já predominasse o setor privado, havia ainda presença significativa do público que, em 2004, já representava um terço da oferta de cursos. O Nordeste tinha, em 1991, forte participação do setor público e, embora se verifique aumento do setor privado, este representa em 2004 pouco mais de um terço da oferta de cursos (relação inversa a do Brasil). No Ceará, por sua vez, em 1991 o setor privado era responsável por apenas 20% dos cursos ofertados; em 2004, porém, este fica próximo da metade. Assim, embora os dados do Censo 2004 indiquem o setor público como majoritário no Nordeste e Ceará quanto à oferta de cursos, a série histórica mostra a significativa retração deste diante de iniciativas do segmento privado, com tendência de inversão nos próximos anos. Chama a atenção que no Estado do Ceará a queda da participação, de 83,8% em 1996 para 54% em 2004, é ainda mais acentuada que na Região Nordeste, de 76,6% em 1996 para 64,0% em 2004, ocorrendo apenas a partir de 1997 – ou seja, é fenômeno recente, dos últimos 10 anos.

**Tabela 9 – Distribuição de cursos de graduação presenciais, por categoria administrativa, no Brasil, na Região Nordeste e no Ceará 1991 a 2004**

Ano	Brasil			Nordeste			Ceará		
	Total	Público %	Privado %	Total	Público %	Privado %	Total	Público %	Privado %
1991	4.908	43,6	56,4	764	75,8	24,2	97	79,4	20,6
1992	5.081	44,2	55,8	774	75,8	24,2	95	81,0	19,0
1993	5.280	43,4	56,6	801	75,5	24,5	97	81,4	18,6
1994	5.562	43,4	56,6	827	76,9	23,1	98	83,7	16,3
1995	6.252	44,5	55,5	938	76,3	23,7	115	82,6	17,4
1996	6.644	44,8	55,2	1.031	76,6	23,4	136	83,8	16,2
1997	6.132	44,0	56,0	934	76,0	24,0	114	81,6	18,4
1998	6.950	42,7	57,3	1.134	74,8	25,2	129	79,0	21,0
1999	8.878	39,4	60,6	1.467	73,6	26,4	144	78,5	21,5
2000	10.585	38,0	62,0	1.662	72,1	27,9	161	75,2	24,8
2001	12.155	36,2	63,8	1.978	68,6	31,4	185	68,6	31,4
2002	14.399	36,5	63,5	2.514	67,7	32,3	236	64,8	35,2
2003	16.453	34,4	65,6	2.927	65,0	35,0	263	61,2	38,8
2004	18.644	33,6	66,4	3.318	64,0	36,0	311	54,0	46,0

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

Um dado interessante, evidenciado na Tabela 10, é que o aumento da oferta de cursos no Ceará ocorre em dois momentos bastante distintos - tal como o de instituições, observado na Tabela 6. São eles: 1) 1991-1996: o crescimento dá-se quase exclusivamente em instituições públicas, mais especificamente universidades - que, como citado, incorporam instituições menores. É, portanto, mínima a participação de faculdades e escolas isoladas, e menor ainda a do setor privado neste período; 2) 1997-2004: há crescimento significativo da oferta de cursos em universidades, não apenas públicas, e em escala muito menor que a de faculdades e escolas isoladas privadas. Além disso, chama a atenção o rápido avanço de cursos centros e faculdades tecnológicas, tanto no setor público quanto no privado, a partir de 2002.

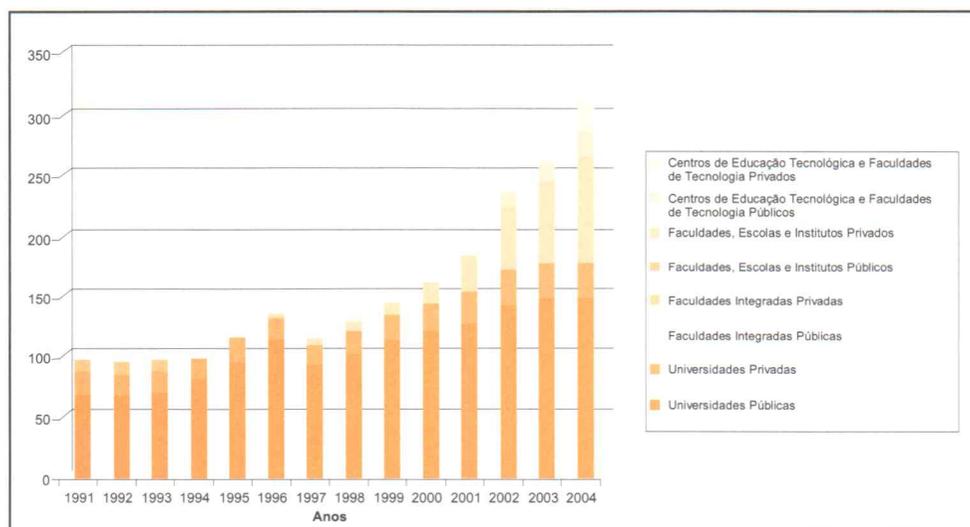
**Tabela 10 – Distribuição dos cursos de graduação presenciais por organização acadêmica e categoria administrativa no Ceará 1991-2004**

Ano	Universidades		Faculdades Integradas		Faculdades, Escolas e Institutos		Centros de Educação Tecnológica/ Faculdades de Tecnologia	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
1991	68	20	-	-	9	-	-	-
1992	68	18	-	-	9	-	-	-
1993	70	18	-	-	9	-	-	-
1994	82	16	-	-	-	-	-	-
1995	95	20	-	-	-	-	-	-
1996	114	18	-	2	-	2	-	-
1997	93	17	-	-	-	4	-	-
1998	102	19	-	-	-	8	-	-
1999	113	22	-	-	-	9	-	-
2000	121	23	-	-	-	17	-	-
2001	127	27	-	-	-	31	-	-
2002	142	30	-	-	-	53	11	-
2003	148	30	-	-	-	67	13	5
2004	148	30	-	1	-	87	20	25
1991/1996 Δ%	67,6	-10,0	-	-	-	-	-	-
1996/2004 Δ%	29,8	66,6	-	-100	-	4.250	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

O Gráfico 4, a seguir, indica que a despeito da forte expansão, na última década, de cursos em escolas e institutos privados, ainda prevalecem as Universidades públicas como principais ofertantes de cursos de graduação presenciais. Este dado, porém, não significa que este tipo de organização acadêmica prepondera quanto às matrículas, como veremos adiante (Tabela 14).

**Gráfico 4 – Cursos de graduação por organização acadêmica e categoria administrativa no Ceará 1991-2004**



A Tabela 11 indica a progressão do número matrículas no Brasil, Nordeste e Ceará. Como já observado, o País tem crescimento extremamente significativo na série histórica analisada, em especial a partir de 1997, de modo que as matrículas dobram em menos de uma década (122,8%). Este fenômeno é ainda mais acentuado no Nordeste, onde as matrículas crescem além da média nacional (143,4%). E, embora ocorra o mesmo fato no Ceará, os dados mostram que tal não implica em aumento da participação do estado na região e no País.

**Tabela 11 – Distribuição de matrículas no Brasil, na Região Nordeste e Ceará 1991-2004**

Ano	Brasil	Nordeste		Ceará		
		Total	% Br	Total	%Região	%Brasil
1991	1.565.056	247.041	15,8	37.904	15,3	2,4
1992	1.535.788	245.686	16,0	38.823	15,8	2,5
1993	1.594.668	252.434	15,8	36.048	14,3	2,3
1994	1.661.034	264.269	15,9	36.820	13,9	2,2
1995	1.759.703	269.454	15,3	38.005	14,1	2,2
1996	1.868.529	279.428	14,9	41.238	14,8	2,2
1997	1.945.615	289.625	14,8	42.377	14,6	2,2
1998	2.125.958	310.159	14,6	46.496	15,0	2,2
1999	2.369.945	357.835	15,1	52.422	14,6	2,2
2000	2.694.245	413.709	15,4	56.717	13,7	2,1
2001	3.030.754	460.315	15,2	63.429	13,8	2,1
2002	3.479.913	542.409	15,6	74.271	13,7	2,1
2003	3.887.022	624.692	16,1	83.808	13,4	2,2
2004	4.163.733	680.029	16,3	94.140	13,8	2,3
<b>1991/1996 Δ%</b>	<b>19,4</b>	<b>13,1</b>	<b>-</b>	<b>8,8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>1996/2004 Δ%</b>	<b>122,8</b>	<b>143,4</b>	<b>-</b>	<b>128,3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

As Tabelas 12 e 13, a seguir, detalham as condições em que ocorre o aumento das matrículas no Ceará. Entre 1991-1996, os setores público e privado crescem em taxas similares, com leve vantagem para o primeiro. Este ritmo é mantido até 1999, quando então se percebe claramente o início do avanço da educação superior privada neste estado.

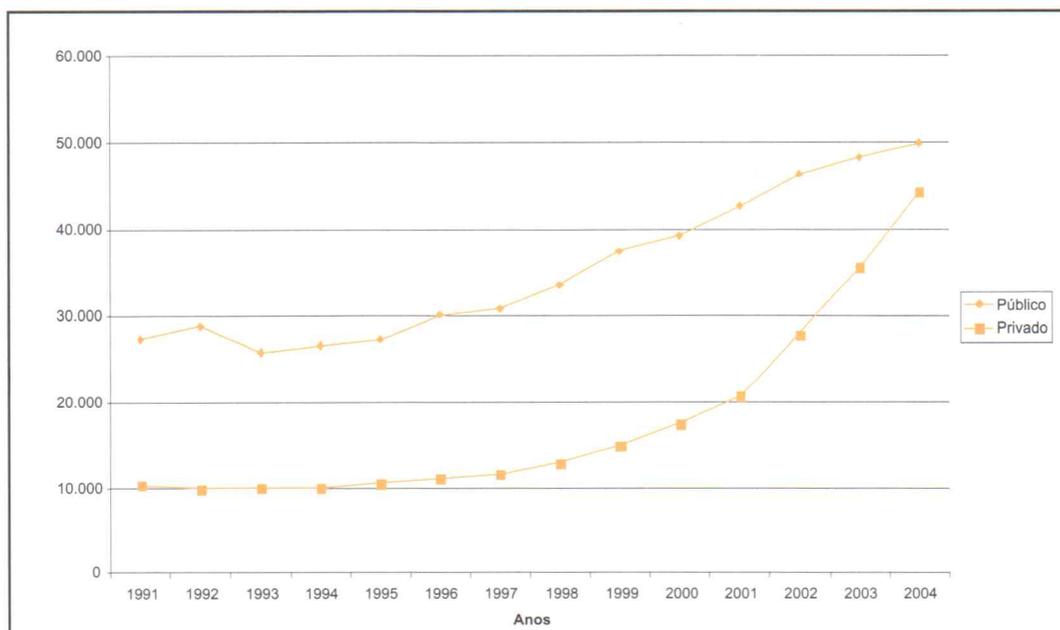
É importante observar que as matrículas do setor público continuam a aumentar de forma significativa; no entanto, o outro segmento consegue suplantá-lo – em especial a partir de 2001, quando se observa este indicador mais que dobrar. Deste modo, em 2004, nota-se que as instituições públicas ainda detêm a maior parte das matrículas de graduação presenciais, mas, se mantida a tendência dos anos anteriores, este cenário se alterará na seqüência (Gráfico 5).

**Tabela 12 – Matrículas nos cursos de graduação presenciais por categoria administrativa no Ceará 1991-2004**

Ano	Total	Público	%	Privado	%
1991	37.904	27.541	72,7	10.363	27,3
1992	38.823	28.850	74,3	9.973	25,7
1993	36.048	25.981	72,1	10.067	27,9
1994	36.820	26.721	72,6	10.099	27,4
1995	38.005	27.407	72,1	10.598	27,9
1996	41.238	30.078	72,9	11.160	27,1
1997	42.377	30.765	74,6	11.612	25,4
1998	46.496	33.556	72,2	12.940	27,8
1999	52.422	37.448	71,4	14.974	28,6
2000	56.717	39.255	69,2	17.462	30,8
2001	63.429	42.730	67,4	20.699	32,6
2002	74.271	46.352	62,4	27.919	37,6
2003	83.808	48.258	57,6	35.550	42,4
2004	94.140	49.877	53,0	44.263	47,0
1991/1996 $\Delta$ %	8,8	9,2	-	7,7	-
1996/2004 $\Delta$ %	128,3	65,8	-	296,6	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

**Gráfico 5 – Matrículas presenciais por categoria administrativa no Ceará 1991-2004**



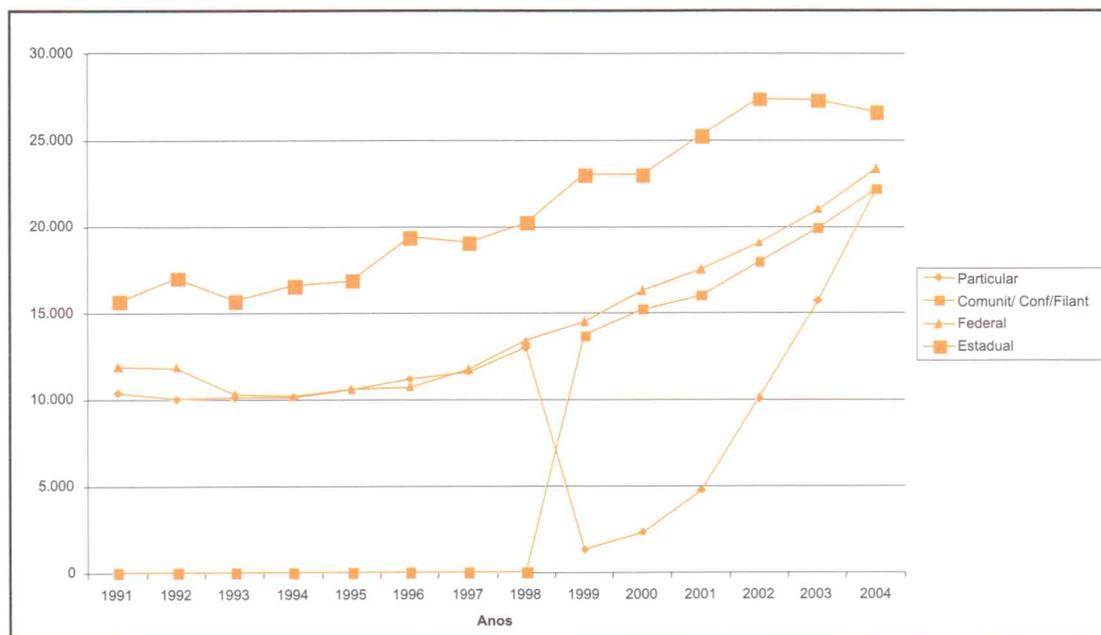
O aumento das matrículas no Ceará sob o prisma da categoria administrativa, tal qual observado na oferta de cursos (Tabela 10), dá-se em dois momentos distintos. O primeiro entre 1991-1996, com a expansão principalmente do setor público estadual - o federal decresce, e o privado avança apenas 7,7%. No segundo, 1997-2004, o crescimento do setor público continua, mas agora sob a iniciativa das instituições federais. O setor privado, por sua vez, cresce exponencialmente.

**Tabela 13 – Matrículas nos cursos de graduação presenciais por categoria administrativa no Ceará 1991-2004**

Ano	Total	Pública			Privada		
		Total	Federal	Estadual	Total	Particular	Comunit./Conf./Filant.
1991	37.904	27.541	11.894	15.647	10.363	10.363	-
1992	38.823	28.850	11.848	17.002	09.973	9.973	-
1993	36.048	25.981	10.275	15.706	10.067	10.067	-
1994	36.820	26.721	10.157	16.564	10.099	10.099	-
1995	38.005	27.407	10.567	16.840	10.598	10.598	-
1996	41.238	30.078	10.704	19.374	11.160	11.160	-
1997	42.377	30.765	11.718	19.047	11.612	11.612	-
1998	46.496	33.556	13.357	20.199	12.940	12.940	-
1999	52.422	37.448	14.462	22.986	14.974	1.306	13.668
2000	56.717	39.255	16.274	22.981	17.462	2.301	15.161
2001	63.429	42.730	17.525	25.205	20.699	4.715	15.984
2002	74.271	46.352	19.019	27.333	27.919	9.993	17.926
2003	83.808	48.258	20.968	27.290	35.550	15.666	19.884
2004	94.140	49.877	23.302	26.575	44.263	22.121	22.142
1991/1996 Δ%	8,8	9,2	-10,0	23,8	7,7	7,7	-
1996/2004 Δ%	128,3	65,8	117,7	37,2	296,6	98,2	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

Um dado que merece destaque na Tabela 13 é o de que, em face do fenômeno da diversificação de instituições (em especial, o surgimento de escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas/CCF – ver p. 11), várias IES particulares do Ceará, entre 1998-1999, alteraram sua categoria administrativa, tendo em vista usufruírem de benefícios fiscais. Por isso, nos anos destacados, as matrículas parecem, repentinamente, “migrarem” de instituições particulares para CCF (Tabela 6). Os dados também revelam que a duplicação de matrículas do setor privado nos anos 2001-2004, para além do incremento observado nas CCF, deu-se principalmente por via da criação de novas IES particulares que, em apenas seis anos, já detêm 50% do setor.

**Gráfico 6 – Matrículas presenciais segundo categoria administrativa no Ceará 1991-2004**

Quanto à análise das matrículas por organização acadêmica, os dados da Tabela 14 mostram que, na série histórica analisada, a participação destas em instituições universitárias vem perdendo espaço (queda de aproximadamente 20%) para as recém-criadas escolas de educação tecnológica (apesar destas representarem, em 2004, apenas 4,7% do total) e para as faculdades, escolas e institutos isolados – os quais, até o ano 2000, tiveram tímida participação no total de matrículas.

É curioso observar, no período analisado, a relação entre organização acadêmica e categoria administrativa, pois, no segmento privado, a expansão deu-se quase abruptamente a partir de 1999, e predominantemente em escolas e faculdades isoladas. No setor público, houve um crescimento contínuo ao longo do período, sem grandes saltos, concentrado nas universidades.

**Tabela 14 – Matrículas nos cursos de graduação presenciais por organização acadêmica e categoria administrativa no Ceará 1991-2004**

Ano	Total	Universidades				Faculdades, Escolas e Institutos				Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia			
		Total	%	Pública	Privada	Total	%	Pública	Privada	Total	%	Pública	Privada
1991	37.904	35.522	93,7	25.159	10.363	2.382	6,3	2.382	-	-	-	-	-
1992	38.823	36.147	93,1	26.174	9.973	2.676	6,9	2.676	-	-	-	-	-
1993	36.048	33.599	93,2	23.532	10.067	2.449	6,8	2.449	-	-	-	-	-
1994	36.820	36.820	100	26.721	10.099	-	-	-	-	-	-	-	-
1995	38.005	38.005	100	27.407	10.598	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	41.238	41.022	99,5	30.078	10.944	133	0,5	-	133	-	-	-	-
1997	42.377	42.126	99,4	30.765	11.361	251	0,6	-	251	-	-	-	-
1998	46.496	45.820	98,5	33.556	12.264	676	1,5	-	676	-	-	-	-
1999	52.422	50.966	97,2	37.448	13.518	1.456	2,8	-	1.456	-	-	-	-
2000	56.717	54.416	95,9	39.255	15.161	2.301	4,1	-	2.301	-	-	-	-
2001	63.429	58.596	92,4	42.730	15.866	4.833	7,6	-	4.833	-	-	-	-
2002	74.271	63.203	85,0	45.555	17.648	10.271	13,8	-	10.271	797	1,0	797	-
2003	83.808	66.384	79,2	46.958	19.426	15.993	19,1	-	15.993	1.431	1,7	1.300	131
2004	94.140	68.496	72,8	47.599	20.897	21.149	22,5	-	21.149	4.495	4,7	2.278	2.217
1991/1996 Δ%	8,8	15,5	-	19,6	5,6	-94,4	-	-	-	-	-	-	-
1996/2004 Δ%	128,3	67,0	-	58,3	90,9	15801,5	-	-	15.801,5	-	-	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

Quanto à área de conhecimento, ao longo da série analisada nota-se maior percentual de matrículas em Ciências Sociais, Negócios e Direito, com uma representação percentual estável em 1991, 1996 e 2000, passando para 40,7% em 2004. Esta foi a área em que as matrículas mais cresceram no estado. As menores representações em matrículas, ainda neste ano, foram nas áreas de serviços (2,2%) e agricultura e veterinária (2,6%), mantendo histórico de baixa participação no conjunto (Tabela 15).

Cabe notar áreas que vêm sendo ocupadas preponderantemente pelo setor público, apesar de haver, em 2004, registro de iniciativas do setor privado. As matrículas na área de Educação, assim como a de Humanidades e Artes, têm sido mantidas quase exclusivamente pelo setor público, apontando para a responsabilidade das IES estatais no que tange à formação de professores e profissionais voltados à preservação da Arte e Cultura. Do mesmo modo, Agricultura e Veterinária apenas recentemente registram matrículas no setor privado.

A área de Engenharia, Produção e Construção tem se mantido praticamente estagnada ao longo de todo o período, e é a única área em que não há registro de crescimento de matrículas no setor privado – ao contrário, há retração.

É importante destacar que o percentual de matrículas na área de Engenharia, Produção e Construção, assim como na área de Ciências, Matemática e Computação, é indicador chave do potencial de desenvolvimento científico e tecnológico de um estado ou país. O fato destas áreas apresentarem, entre 1991-2004, retração (-2,0%), pode ser representativo da dificuldade de ampliação e contribuição das IES no Estado para a promoção de atividades produtivas de maior demanda tecnológica e, conseqüentemente, de maior valor agregado. Cabe notar, ainda, que as matrículas de ambas as áreas estão alocadas principalmente em IES públicas, sendo que a de Engenharia, Produção e Construção, no período analisado, mostra queda de 10,5% da participação do setor privado.

A área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, que nos primeiros anos da série analisada apresentava um equilíbrio entre os setores, em 2004, foi preponderantemente ocupada pelo setor privado (71,8%). A área de Serviços, em que a representação do setor privado sempre foi superior ao público, também mostrou grande ampliação do setor privado, passando de 55,3%, em 1991 para 78,0%, em 2004.

**Tabela 15 – Distribuição percentual de matrículas por área de conhecimento no Ceará**

Área	1991			1996			2000			2004		
	Total	Pub	Priv									
Educação	10,1	91,0	9,0	11,4	91,2	8,8	30,4	92,2	7,8	12,0	91,1	8,9
Humanidades e Artes	13,7	100	-	12,7	100	-	2,5	100	-	8,2	90,0	10,0
Ciências Sociais, Negócios e Direito	33,2	53,2	46,8	33,0	54,3	45,7	33,0	49,0	51,0	40,7	28,2	71,8
Ciências, Matemática e Computação	13,0	92,6	7,4	14,5	90,0	10,0	7,5	79,2	20,8	11,7	75,3	24,7
Engenharia, Produção e Construção	9,7	52,1	47,9	9,0	57,8	42,2	9,3	61,5	38,5	9,0	62,6	37,4
Agricultura e Veterinária	3,6	100	-	2,5	100	0,0	2,5	100	-	2,6	83,0	17,0
Saúde e Bem Estar Social	15,6	70,0	30,0	15,7	68,2	31,8	12,4	61,0	39,0	13,6	43,7	56,3
Serviços	1,2	44,7	55,3	1,1	32,0	68,0	1,4	24,2	75,8	2,2	28,7	71,3

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

Cabe atentar, porém, para o percentual de jovens cearenses que, todos os anos, apresentam potencial para acessar as instituições de educação superior do seu Estado. A Tabela 16 com os índices de escolarização do Ceará, do Nordeste e do País, indica que, no que tange ao ensino médio (EM) e superior, tanto a Região quanto o estado estão muito abaixo da média nacional. Vale destacar que, a despeito de tal situação, todos os indicadores cearenses estão acima da média nordestina.

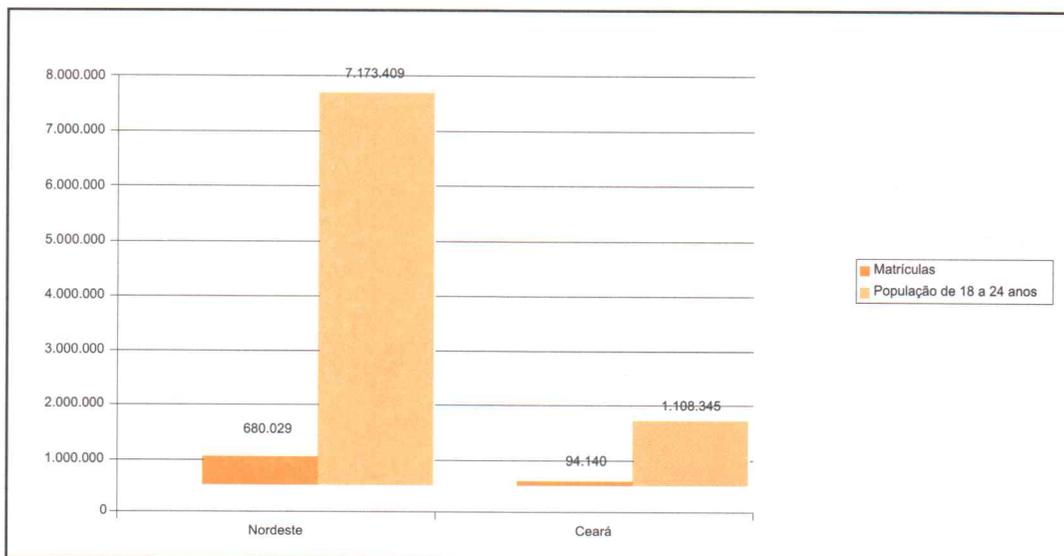
**Tabela 16 – Taxa de escolarização líquida por nível de ensino no Brasil e Ceará- 2004**

ESTADO	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA <sup>1</sup>		
	FUNDAMENTAL (7 a 14 anos)	MÉDIO (15 a 17 anos)	SUPERIOR (18 a 24 anos)
Brasil	93,8	44,4	10,5
Nordeste	91,6	27,9	5,9
Ceará	93,5	34,0	6,4

Fonte: IBGE-PNAD 2004

No Ceará, apenas um terço dos jovens entre 15-17 anos concluem o EM e, a partir dele, habilitam-se à ES. Se considerado, também, o segmento da população entre 18-24 que deveria cursar a ES e o número de matriculados, será possível notar a baixa capacidade do Estado de promover a inclusão de jovens neste nível de ensino - 8,5%, índice inferior ao da Região Nordeste (9,5%) (Gráfico 7). Cabe ponderar se tal situação decorre do caráter pouco ousado da expansão de ES cearense em relação a estados como o Rio Grande do Norte e a Paraíba, antes referido, ou se ao fato de que o crescimento de matrículas no EM motivou tal quadro. Ao que parece, trata-se de um movimento de dupla natureza.

**Gráfico 7 – Matrículas e população de 18-24 anos no Ceará e Nordeste em 2004**



Tal situação indica a necessidade do estado adotar uma política mais agressiva de expansão do atendimento público a essa faixa etária. Isto significaria ampliar os percentuais de recursos que têm sido aplicados em educação que já são superiores às vinculações constitucionais e, como se viu antes, consomem parcela significativa do PIB. A serem mantidas as atuais taxas de atendimento, o Ceará terá dificuldades específicas em termos de sua inserção na sociedade do conhecimento. Por isso mesmo o problema pede uma equação que ao que tudo indica só poderá ser solucionada por meio de uma ação conjunta das três esferas do Poder Público.

## 4 VAGAS, INSCRITOS E CONCLUINTES

A série histórica analisada indica que as vagas em ES oferecidas no Nordeste representam pouco em termos nacionais. Embora, a partir de 2000, se observe tendência de aumento deste indicador, das 2.320.421 vagas oferecidas em 2004 pelo sistema como um todo, apenas 13,9% estavam na região. O Ceará, por sua vez, ao longo do período analisado não teve incremento de sua participação nacional (que se manteve a mesma - 1,7%), mas apresentou pequena queda com relação à região – de 13,6% para 12,0%.

Esta redução, porém, apresenta peculiaridades. A Tabela 17, que detalha as vagas segundo a categoria administrativa, mostra que em estabelecimentos públicos cearenses houve queda de 10,1% para 3,78% entre 1991-2004, denotando que a privatização da ES no Estado foi maior que em outras localidades nordestinas.

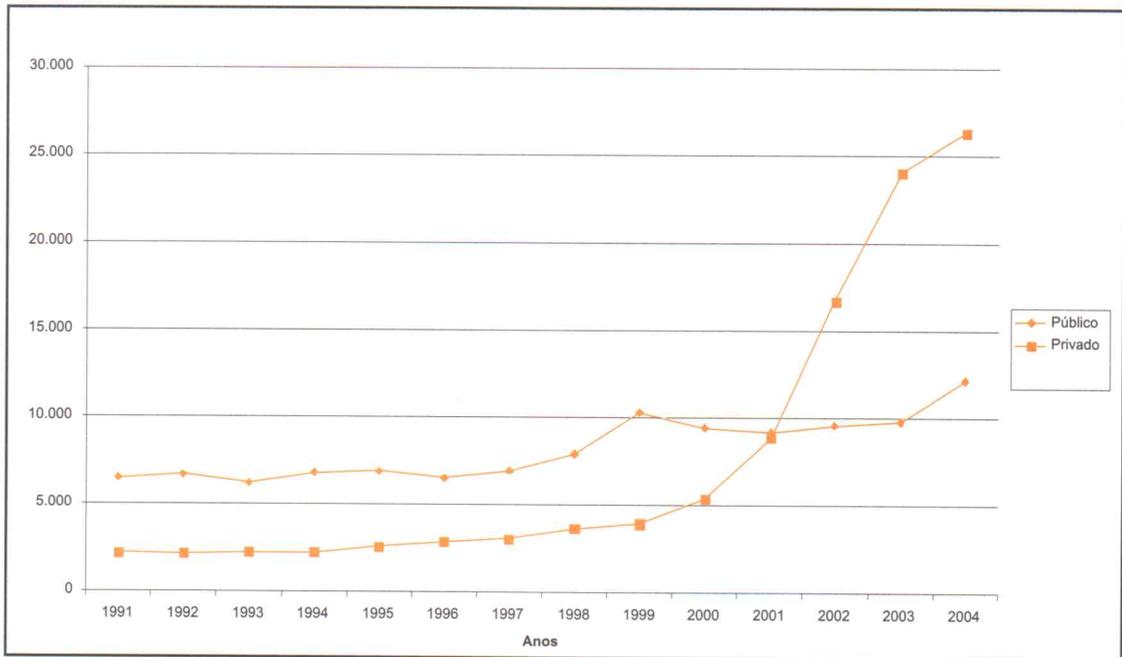
**Tabela 17 – Vagas ofertadas nos cursos de graduação presenciais - Brasil, Região Nordeste e Ceará 1991-2004**

Ano	Brasil	Nordeste		Ceará				
		Total	% Br	Total	%Re	%Br	Público	Privado
1991	516.663	64.498	12,5	<b>8.765</b>	13,6	1,7	6.525	2.240
1992	534.847	65.647	12,3	<b>8.890</b>	13,5	1,7	6.690	2.200
1993	548.678	66.010	12,0	<b>8.500</b>	12,9	1,6	6.220	2.280
1994	574.135	67.992	11,8	<b>9.100</b>	13,4	1,6	6.820	2.280
1995	610.355	73.652	12,0	<b>9.560</b>	13,0	1,6	6.935	2.625
1996	634.236	76.055	12,0	<b>9.462</b>	12,4	1,5	6.552	2.910
1997	699.198	81.819	11,7	<b>10.121</b>	12,4	1,4	6.996	3.125
1998	803.919	93.731	11,7	<b>11.683</b>	12,5	1,5	7.978	3.705
1999	969.159	121.999	12,6	<b>14.338</b>	11,8	1,5	10.348	3.990
2000	1.216.287	141.565	11,6	<b>14.922</b>	10,5	1,2	9.492	5.430
2001	1.408.492	176.512	12,5	<b>18.177</b>	10,3	1,3	9.229	8.948
2002	1.773.087	240.333	13,6	<b>26.413</b>	11,0	1,5	9.638	16.775
2003	2.002.733	277.540	13,9	<b>33.987</b>	12,2	1,7	9.846	24.141
2004	2.320.421	321.929	13,9	<b>38.604</b>	12,0	1,7	12.198	26.406
1991/1996 (%)	22,8	17,9	-	8,0	-	-	0,41	29,9
1996/2004 (%)	265,9	323,3	-	308,0	-	-	86,2	807,4

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

Assim, se em 1991, as IES públicas eram responsáveis por 75% das vagas oferecidas no Estado; em 2004, este índice era 31,6%, invertendo sua participação. O Gráfico 8 mostra que, até 1999, com pequenas variações, o aumento dos setores público e privado esteve próximo. A partir de então, houve aceleração do ritmo em IES privadas que, entre 2001 e 2003, contribuiu para um crescimento da oferta em cerca de 65,5% ao ano. Deste modo, em 2004, suas vagas são mais que o dobro das públicas.

**Gráfico 8 – Vagas ofertadas segundo categoria administrativa no Ceará - 1991-2004**



O crescimento das vagas por categoria administrativa (Tabela 18) permite, da mesma forma que dados anteriores sobre IES e cursos, ratificar a privatização da ES no Ceará, acentuada particularmente desde o início desta década. Embora entre 1996-2004 as vagas em instituições públicas tenham crescido significativamente (308%), estas ficaram aquém dos índices alcançados pelo setor privado no mesmo período – 807,4%. No setor privado, destaca-se a participação das IES particulares que, em 2004, representaram 72,5% das vagas ofertadas, enquanto IES classificadas como comunitárias, confessionais ou filantrópicas detêm 27,5%.

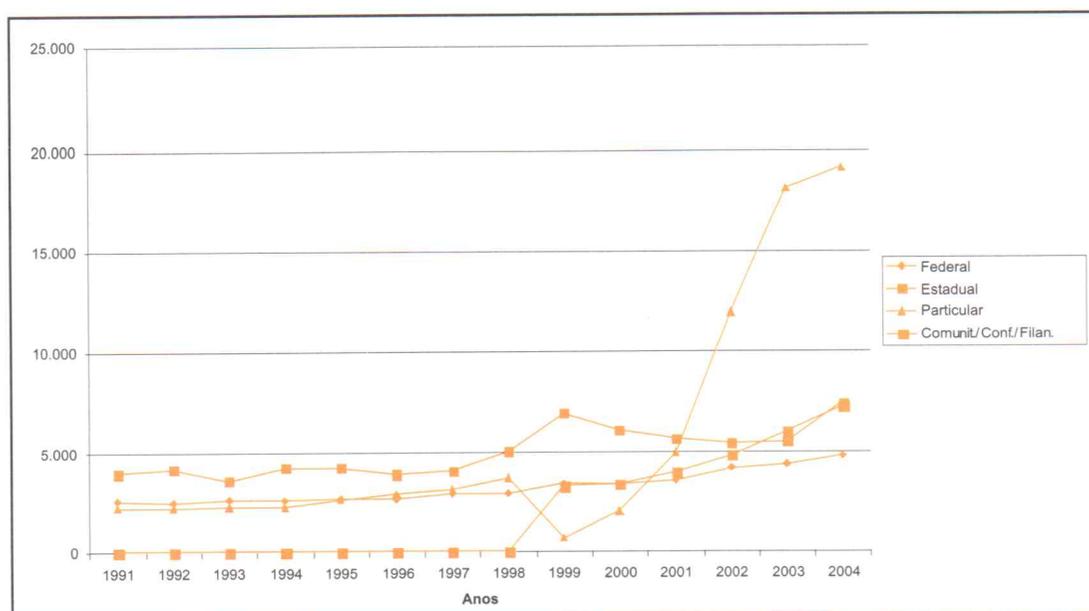
**Tabela 18 – Vagas nos cursos de graduação presenciais por categoria administrativa no Ceará 1991-2004**

Ano	Total	Pública			Privada		
		Total	Federal	Estadual	Total	Particular	Comunit./Conf./Filant.
1991	8.765	6.525	2.560	3.965	2.240	2.240	-
1992	8.890	6.690	2.510	4.180	2.200	2.200	-
1993	8.500	6.220	2.635	3.585	2.280	2.280	-
1994	9.100	6.820	2.575	4.245	2.280	2.280	-
1995	9.560	6.935	2.700	4.235	2.625	2.625	-
1996	9.462	6.552	2.652	3.900	2.910	2.910	-
1997	10.121	6.996	2.920	4.076	3.125	3.125	-
1998	11.683	7.978	2.944	5.034	3.705	3.705	-
1999	14.338	10.348	3.435	6.913	3.990	680	3.310
2000	14.922	9.492	3.415	6.077	5.430	2.020	3.410
2001	18.177	9.229	3.585	5.644	8.948	4.938	4.010
2002	26.413	9.638	4.195	5.443	16.775	11.935	4.840
2003	33.987	9.846	4.369	5.477	24.141	18.156	5.985
2004	38.604	12.198	4.804	7.394	26.406	19.145	7.261
1991/1996 Δ%	8,0	0,4	3,6	-1,6	29,9	29,9	-
1996/2004 Δ%	308,0	86,2	81,1	89,6	807,4	557,9	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

O Gráfico 9, a seguir, permite visualizar, dentre as vagas do setor público, a preponderância do sistema estadual sobre o federal, e o salto ascendente de oferta de vagas em IES particulares a partir de 2000.

**Gráfico 9 – Detalhamento das vagas ofertadas por categoria administrativa no Ceará 1991-2004**



A análise da oferta por organização acadêmica (Tabela 19) indica o segmento das faculdades, escolas e institutos isolados como responsáveis por 50,3% de vagas no Ceará. As universidades respondem por 41,5% do total do sistema de ES do Estado, numa característica distinta do País, onde as vagas nestas instituições são minoritárias (8,3%). No entanto, o Ceará acompanha a tendência brasileira de crescimento da oferta em escolas isoladas e particulares, assim como em centros de educação tecnológica e faculdades de tecnologia. (Tabela 6).

**Tabela 19 – Oferta de vagas nos cursos de graduação presenciais, por organização acadêmica e categoria administrativa, no Ceará 1991-2004**

Ano	Universidades		Faculdades Integradas		Faculdades, Escolas e Institutos		Centros de Educação Tecnológica/ Faculdades de Tecnologia	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
1991	5.675	2.240	-	-	850	-	-	-
1992	6.005	2.200	-	-	685	-	-	-
1993	5.615	2.280	-	-	605	-	-	-
1994	6.820	2.280	-	-	-	-	-	-
1995	6.935	2.315	-	-	-	310	-	-
1996	6.552	2.450	-	100	-	360	-	-
1997	6.996	2.745	-	-	-	380	-	-
1998	7.978	2.975	-	-	-	730	-	-
1999	10.348	3.210	-	-	-	780	-	-
2000	9.492	3.410	-	-	-	2.020	-	-
2001	9.229	3.860	-	-	-	5.088	-	-
2002	9.028	4.490	-	-	-	12.285	610	-
2003	9.065	5.105	-	-	-	17.911	781	1.125
2004	11.002	5.030	-	100	-	19.431	1.196	1.845
1991/1996 Δ%	15,5	9,4	-	-	-	-	-	-
1996/2004 Δ%	67,9	105,3	-	-	-	5.297,5	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

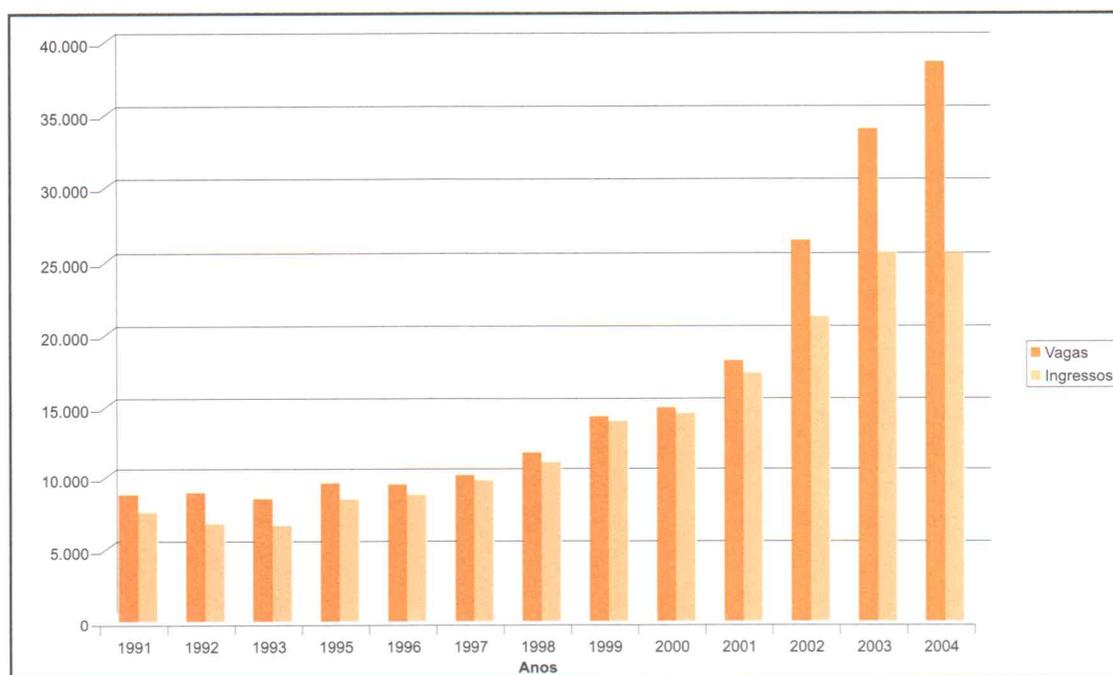
Os indicadores de forte e rápida expansão do setor privado na última década (vistos anteriormente), em especial a partir de 2000, mostram que, em função do aumento da oferta, a relação candidato/vaga vem caindo (Tabela 20). É muito importante observar que o número de ingressos não tem crescido no mesmo ritmo que o do aumento de vagas (Gráfico 10). Apesar do significativo aporte de novos alunos, todos os anos, nas IES, há também expressivo aumento da ociosidade no período 1991-2004 (1.729,7%). E, apesar de alguma participação do setor público neste índice, estas se localizam, preponderantemente, em instituições privadas (Tabela 25).

**Tabela 20 – Candidatos inscritos nos cursos de graduação presenciais, ingressos por vestibular e outros processos seletivos Ceará 1991-2004**

Ano	Vagas	Candidatos	Candidato/Vaga	Ingressos	Vagas Ociosas	%
1991	8.765	52.915	6,03	7.548	1.217	13,9
1992	8.890	42.125	4,73	6.729	2.161	24,3
1993	8.500	46.117	5,42	6.636	1.864	22,0
1994	9.100	58.747	6,45	-	-	-
1995	9.560	66.865	6,99	8.430	1.130	11,8
1996	9.462	75.261	7,95	8.751	711	7,5
1997	10.121	68.882	6,80	9.749	372	3,7
1998	11.683	79.194	6,77	10.989	694	5,9
1999	14.338	85.873	5,98	13.958	380	2,7
2000	14.922	99.360	6,65	14.565	357	2,4
2001	18.177	112.614	6,19	17.310	867	4,8
2002	26.413	136.328	5,16	21.228	5.185	19,7
2003	33.987	135.710	3,99	25.639	8.348	24,6
2004	38.604	156.274	4,04	25.595	13.009	33,7
1991/1996 $\Delta\%$	7,9	42,2	-	15,9	-41,6	-
1996/2004 $\Delta\%$	308,0	107,6	-	192,5	1.729,7	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

**Gráfico 10 – Vagas ofertadas e ingressos no vestibular Ceará 1991-2004**



É curioso observar que o número de inscritos nos vestibulares vem decrescendo nas IES públicas e, por extensão, aumentando nas privadas. Em 1991, por exemplo, os inscritos nas públicas representavam 84,7% do total e, em 2004, eram 65%. Este fato, porém, é compatível com o grande aumento do número de vagas ofertadas pelo setor privado, que gerou nova distribuição da relação candidato/vaga entre as instituições. A Tabela 21 analisa no detalhe os ingressos por categoria administrativa, mostrando o momento em que, na série histórica, os ingressos na ES no Ceará tornaram-se preponderantes em IES privadas.

**Tabela 21 – Ingressos por categoria administrativa no Ceará no período 1991-2004**

Ano	Total	Pública			Privada		
		Total	Federal	Estadual	Total	Particular	Comunit./Conf./Filant.
1991	7.548	5.613	2.425	3.188	1.935	1.935	-
1992	6.729	4.626	1.621	3.005	2.103	2.103	-
1993	6.636	4.483	1.567	2.916	2.153	2.153	-
1994	-	-	-	-	-	-	-
1995	8.430	5.571	1.887	3.684	2.859	2.859	-
1996	8.751	5.849	2.308	3.541	2.902	2.902	-
1997	9.749	6.720	2.950	3.770	3.029	3.029	-
1998	10.989	7.443	2.947	4.496	3.546	3.546	-
1999	13.958	9.958	3.394	6.564	4.000	680	3.320
2000	14.565	9.358	3.423	5.935	5.207	1.853	3.354
2001	17.310	8.939	3.571	5.368	8.371	4.389	3.982
2002	21.228	9.093	4.133	4.960	12.135	7.722	4.413
2003	25.639	9.654	4.333	5.321	15.985	11.029	4.956
2004	25.595	10.897	4.845	6.052	14.698	9.332	5.366
1991/1996 $\Delta$ %	15,9	4,2	-4,8	11,1	50,0	50,0	-
1996/2004 $\Delta$ %	192,5	86,3	109,9	70,9	406,5	221,6	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

Na análise dos ingressos por organização acadêmica percebe-se, nos últimos cinco anos, a expressiva queda percentual em instituições universitárias e, ao mesmo tempo, o amplo aumento em faculdades e escolas isoladas do setor privado. Os dados da Tabela 22 são, portanto, um retrato expressivo de que a expansão da educação superior no Ceará tem passado, em um prazo de tempo extremamente curto, por expressiva inversão de suas características quanto à organização acadêmica e categoria administrativa.

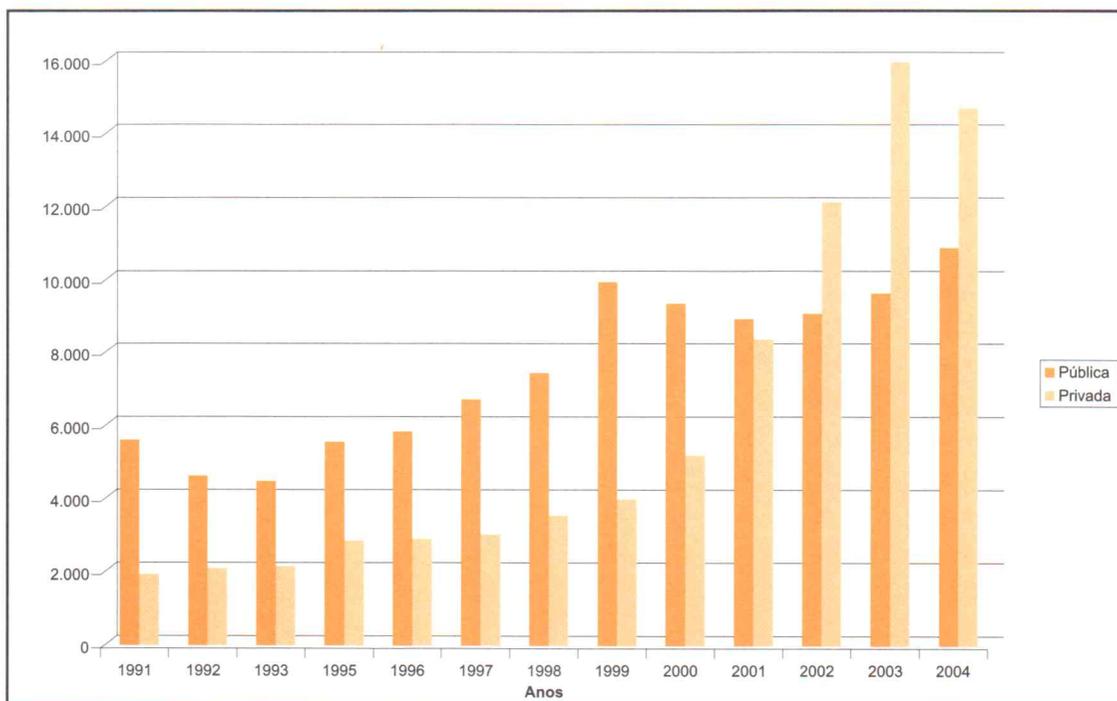
**Tabela 22 – Ingressos em cursos de graduação presenciais por organização acadêmica e categoria administrativa Ceará - 1991-2004**

Ano	Total	Universidades				Faculdades, Escolas e Institutos e Faculdades Integradas*				Centros de Educação Tecnológica/ Faculdades de Tecnologia			
		Total	%	Pública	Privada	Total	%	Pública	Privada	Total	%	Pública	Privada
1991	7.548	6.954	92,1	5.019	1.935	594	7,9	594	-	-	-	-	-
1992	6.729	6.147	91,3	4.044	2.103	582	8,7	582	-	-	-	-	-
1993	6.636	6.046	91,1	3.893	2.153	590	8,9	590	-	-	-	-	-
1994	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1995	8.430	8.179	97,0	5.571	2.608	251	3,0	-	251	-	-	-	-
1996	8.751	8.303	94,9	5.849	2.454	360 88*	5,1 1,0	-	360 88*	-	-	-	-
1997	9.749	9.407	96,5	6.720	2.687	342	3,5	-	342	-	-	-	-
1998	10.989	10.368	94,3	7.443	2.925	621	5,7	-	621	-	-	-	-
1999	13.958	13.178	94,4	9.958	3.220	780	5,6	-	780	-	-	-	-
2000	14.565	12.712	87,3	9.358	3.354	1.853	12,7	-	1.853	-	-	-	-
2001	17.310	12.803	74,0	8.939	3.864	4.507	26,0	-	4.507	-	-	-	-
2002	21.228	12.728	60,0	8.520	4.208	7.927	37,4	-	7.927	573	2,7	573	-
2003	25.639	13.337	52,0	8.886	4.451	11.159	43,5	-	11.159	1.143	4,5	768	375
2004	25.595	13.904	54,3	9.713	4.191	8.848 99*	34,6 0,4	-	8.848 99*	2.744	10,7	1.184	1.560
1991/1996 Δ%	15,9	19,4	-	16,5	26,8	-39,4	-	-	-	-	-	-	-
1996/2004 Δ%	192,5	67,5	-	66,1	70,8	2357,8	-	-	2357,8	-	-	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004). \* Faculdades Integradas apresentaram ingressos somente em 1996 (88) e em 2004 (99)

O Gráfico 11 ilustra os ingressos por categoria administrativa entre 1991-2004, mostrando que, a despeito do setor público haver praticamente duplicado ao longo do referido período, o crescimento do setor privado foi muito superior, tendo se acentuado a partir do ano 2000.

**Gráfico 11 – Ingressos segundo a categoria administrativa no Ceará 1991-2004**



Quanto ao número de concluintes de graduação, os dados mostram, no que tange à categoria administrativa, que não houve alteração percentual significativa na série histórica analisada. A participação do setor público manteve-se estável ao longo de todo o período - em torno de 67% (Tabela 23). No entanto, tendo em vista que vêm aumentando de forma expressiva as matrículas no setor privado desde 2000 (Tabelas 13 e 14), é possível projetar uma escala ascendente da participação deste setor, nos próximos anos, no índice de concluintes. Quanto ao setor público, há tendência de maior equilíbrio no número de conclusões das Universidades.

**Tabela 23 – Concluintes de graduação presenciais por categoria administrativa no Ceará 1991-2004**

Ano	Total	Pública				Privada			
		Total	%	Federal	Estadual	Total	%	Particular	Comunit./Conf./Filant.
1991	4.465	3.073	68,8	1.200	1.873	1.392	31,2	1.392	-
1992	4.126	2.965	71,9	1.373	1.592	1.161	28,1	1.161	-
1993	4.147	2.910	70,2	1.239	1.671	1.237	29,8	1.237	-
1994	4.708	3.370	71,6	1.459	1.911	1.338	28,4	1.338	-
1995	4.656	3.287	70,6	1.434	1.853	1.369	29,4	1.369	-
1996	4.756	3.227	67,8	1.399	1.828	1.529	32,2	1.529	-
1997	5.083	3.489	68,6	1.344	2.145	1.594	31,4	1.594	-
1998	5.724	4.227	73,8	1.415	2.812	1497	26,2	43	1.454
1999	6.580	4.990	75,8	1.670	3.320	1590	24,2	105	1.485
2000	7.648	5.909	77,3	1.693	4.216	1739	22,7	77	1.662
2001	7.106	5.035	70,9	1.764	3.271	2071	29,1	118	1.953
2002	8.346	6.151	73,7	1.887	4.264	2195	26,3	195	2.000
2003	9.491	6.760	71,2	2.395	4.365	2731	28,8	408	2.323
2004	10.493	6.913	65,9	3.129	3.784	3.580	34,1	1.076	2.504
1991/1996 Δ%	6,5	5,0	-	16,6	-2,4	9,8	-	9,8	-
1996/2004 Δ%	120,6	114,2	-	123,7	107,0	134,2	-	-29,6	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

A Tabela 24 mostra que as universidades têm sido, até 2004, as principais responsáveis pela conclusão de cursos do Ceará. Por diversos anos, não houve formaturas em faculdades e escolas isoladas. E, nesta categoria (universidades), tem sido preponderante o número de conclusões em IES públicas, cujo percentual, apesar de oscilações, apresenta uma linha ascendente ao longo do período 1991-2004.

Como apontado, porém, o aumento significativo de matrículas e ingressos, desde o início desta década, em cursos oferecidos em faculdades, institutos e escolas isoladas e em centros de educação tecnológica (Tabela 10), principalmente dos estabelecidos no setor privado (Tabela 13), permite projetar uma inversão nos próximos anos. Há uma tendência clara de queda do número de concluintes em universidades e, também, do setor público.

**Tabela 24 – Concluintes de cursos de graduação presenciais, por organização acadêmica e categoria administrativa, no Ceará período 1991-2004**

Ano	Total	Universidades				Faculdades, Escolas e Institutos				Centros de Educação Tecnológica/ Faculdades de Tecnologia			
		Total	%	Pública	Privada	Total	%	Pública	Privada	Total	%	Pública	Privada
1991	4.465	4.170	93,4	2.778	1.392	295	6,6	295	-	-	-	-	-
1992	4.126	3.888	94,2	2.727	1.161	238	5,8	238	-	-	-	-	-
1993	4.147	4.147	100	2.910	1.237	-	-	-	-	-	-	-	-
1994	4.708	4.708	100	3.370	1.338	-	-	-	-	-	-	-	-
1995	4.656	4.656	100	3.287	1.369	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	4.756	4.756	100	3.227	1.529	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	5.083	5.083	100	3.489	1.594	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	5.724	5.681	99,2	4.227	1.454	43	0,8	-	43	-	-	-	-
1999	6.580	6.475	98,4	4.990	1.485	105	1,6	-	105	-	-	-	-
2000	7.648	7.571	99,0	5.909	1.662	77	1,0	-	77	-	-	-	-
2001	7.106	6.988	98,3	5.035	1.953	118	1,7	-	118	-	-	-	-
2002	8.346	8.131	97,4	6.131	2.000	195	2,4	-	195	20	0,2	20	-
2003	9.491	9.055	95,4	6.732	2.323	408	4,3	-	408	28	0,3	28	-
2004	10.493	9.325	88,9	6.868	2.457	839	8,0	-	839	329	3,1	45	284
1991/1996 Δ%	6,5	14,1	-	16,2	9,8	-	-	-	-	-	-	-	-
1996/2004 Δ%	120,6	96,1	-	112,8	60,7	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

A Tabela 25 permite visualizar a progressão de participação dos setores público e privado no Ceará nos últimos 15 anos e, também, a movimentação dos estudantes nas instituições a partir do vestibular. Além do fenômeno da privatização, chamamos a atenção para: 1) a ociosidade: nas instituições públicas, após uma década com tendência de queda, este índice volta a crescer significativamente, atingindo 10,6% das vagas; nas IES privadas, por sua vez, este índice corresponde a 44,3% da oferta, indicando que o potencial de expansão da ES no Ceará talvez não seja tão grande quanto o projetado. Outra possível explicação seria que esta demanda de crescimento possa estar associada à capacidade de ampliação da oferta pública. 2) as matrículas: apesar do amplo crescimento de instituições, cursos, vagas e ingressos no setor privado, a concentração de matrículas ainda é maior no setor público. 3) as conclusões da graduação: este índice é extremamente baixo, tanto no setor público quanto no privado.

Vale observar que, se no Brasil o fenômeno do abandono na educação básica tem sido pesquisado, no âmbito da educação superior trata-se de tema pouco estudado. Por outro lado, é oportuno reconhecer que em alguma medida a ociosidade pode estar associada a aspectos ainda pouco compreendidos, como o imperativo de diversificação e qualidade do sistema, sem os quais é difícil manter um padrão homogêneo de crescimento.

A análise destes itens, em conjunto, aponta que, nos anos recentes, parece já não existir o problema do acesso à educação superior; por outro lado existe o da permanência. Ou seja: eles indicam a dificuldade dos estudantes permanecerem estudando, ainda mais em instituições privadas.

**Tabela 25 – Vagas, ingressos, ociosidade, matrículas e concluintes por categoria administrativa no Ceará em anos selecionados**

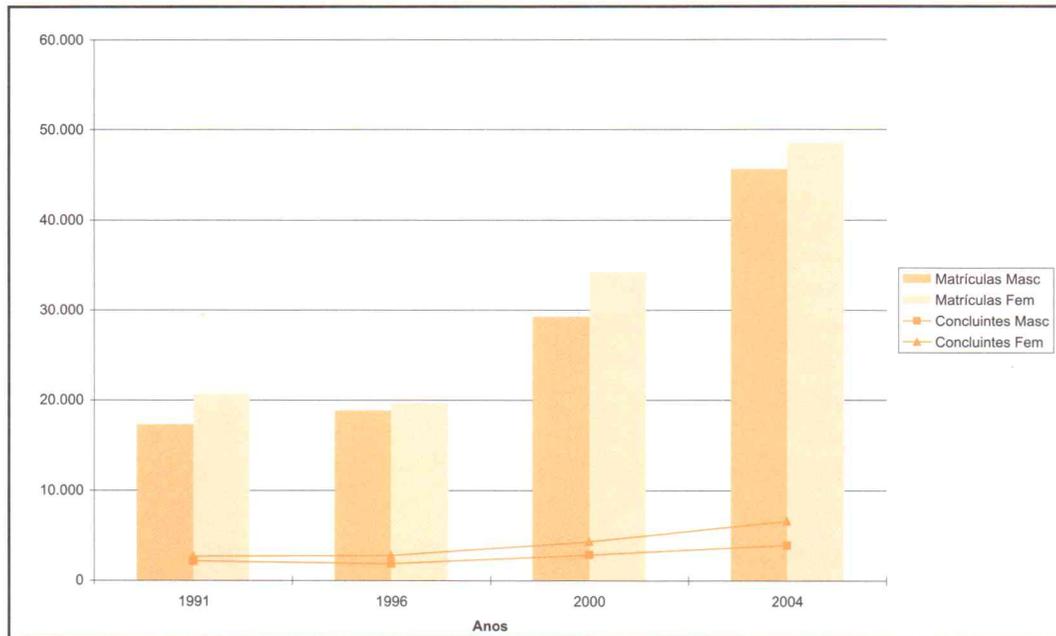
Ano	Vagas		Ingressos		Ociosidade		Matrículas		Concluintes	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
1991	6.525	2.240	5.613	1.935	912	305	27.541	10.363	3073	1.392
1996	6.552	2.910	5.849	2.902	703	8	30.078	11.160	3227	1.529
2000	9.492	5.430	9.358	5.207	134	223	39.255	17.462	5909	1.739
2004	12.198	26.406	10.897	14.698	1.301	11.708	49.877	44.263	6913	3.580

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

Uma análise das matrículas e conclusões de graduação segundo o sexo indica diferenças significativas entre homens e mulheres, mostrando que estas têm maior participação no total das matrículas e de conclusões de graduação (Gráfico 12), tanto do setor público quanto do privado. Mas há peculiaridades.

No que tange às matrículas, o setor público vem mostrando tendência de equilíbrio com a presença masculina no campus - o índice feminino caiu de 56,1% em 1991, para 50,5% em 2004. O setor privado, por outro lado, parece apontar o inverso. Do quadro de equilíbrio inicial (50% em 1991), a participação feminina vem aumentando nos últimos anos; chegou a 54,8% em 2001, e em 52,6% no ano 2004 (ver Tabela 26).

Nos índices de conclusão da graduação, porém, a predominância das mulheres é um pouco mais acentuada. Em instituições privadas, o percentual de homens que concluíram seus cursos era 45,1% em 1991, e caiu para 40,6% em 2004. Em instituições do setor público a retração foi bem maior: de 44,1% em 1991, caiu para 35,7% em 2004.

**Gráfico 12 – Matrículas e concluintes por sexo no Ceará em anos selecionados**

Quanto ao turno em que estão distribuídas as matrículas da ES no Ceará, os dados da Tabela 25 mostram que, na série analisada, houve predominância do diurno. No entanto, nota-se nos últimos anos a tendência de crescimento da participação do noturno, pois o total de matrículas deste turno passou de 39,3%, em 1991, para 45%, em 2004. Este aumento, porém, ocorreu quase exclusivamente em instituições privadas. Nestas, as matrículas saltaram de 32,2%, em 1991, para 50% do total do setor em 2004. As instituições públicas mantiveram estáveis as taxas de matrícula do noturno nos últimos 15 anos, sempre em torno de 40%.

É interessante lembrar que as matrículas públicas no período noturno estão concentradas nas universidades estaduais. Em 1991, estas respondiam por 99,4% do total; em 1996, por 90%. Mas, a partir desta data, o segmento federal incrementou a sua participação no referido turno de forma que, em 2004, 70% das matrículas estavam nas instituições estaduais; as demais, em estabelecimentos federais.

No que diz respeito às conclusões da graduação por turno, faltam dados para os anos 1991 e 1996. Para os demais anos, porém, o setor público mostra que tem aumentado a participação de conclusões de estudantes do noturno em relação às matrículas – em 2001, houve 44,3% conclusões e 40% de matrículas neste turno; em 2004, foram 49,9% e 40,5% respectivamente. No setor privado, tem ocorrido o oposto: é maior o índice de matrículas que de conclusões. Assim, em 2001, as matrículas neste turno corresponderam a 45,9% do total e, as conclusões, a 42%; em 2004, a diferença foi maior: 50% e 42,5%, respectivamente.

Seria necessário dispor de dados socioeconômicos de ingressantes e concluintes para arriscar análises quanto à trajetória e condições de permanência dos estudantes cearenses na ES. No entanto, as informações disponíveis apontam para a necessidade de ampliação do setor público no noturno,

tendo em vista o bom rendimento dos estudantes neste período e, principalmente, que no Ceará apenas uma elite pode freqüentar aulas no diurno, enquanto significativa parcela de estudantes precisa trabalhar enquanto busca sua formação profissional. Este é, certamente, um dos principais desafios para a permanência na educação superior.

**Tabela 26 – Matrículas e concluintes de graduação presencial por categoria administrativa segundo a localização, turno e o sexo no Ceará – anos selecionados**

Ano		Público		Privado	
		Matrículas	Concluintes	Matrículas	Concluintes
1991	<b>Total Geral</b>	<b>27.541</b>	<b>3.212</b>	<b>10.363</b>	<b>1.554</b>
	Masculino	12.076	1.415	5.229	700
	Feminino	15.465	1.797	5.131	854
	Diurno	16.821	-	7.023	-
	Noturno	10.720	-	3.340	-
	Capital	-	-	-	-
1996	Interior	-	-	-	-
	<b>Total Geral</b>	<b>30.078</b>	<b>3.287</b>	<b>11.160</b>	<b>1.369</b>
	Masculino	13.673	1.292	5.171	578
	Feminino	16.405	1.995	5.989	791
	Diurno	17.880	-	7.145	-
	Noturno	12.198	-	4.015	-
2001	Capital	20.980	2.350	-	-
	Interior	9.098	937	-	-
	<b>Total Geral</b>	<b>42.730</b>	<b>5.035</b>	<b>20.699</b>	<b>2.071</b>
	Masculino	19.887	2.000	9.353	831
	Feminino	22.843	3.035	11.346	1.240
	Diurno	25.638	2.801	11.178	1.201
2004	Noturno	17.092	2.234	9.521	870
	Capital	29.954	3.511	20.264	2.071
	Interior	12.776	1.524	435	-
	<b>Total Geral</b>	<b>49.877</b>	<b>6.913</b>	<b>44.263</b>	<b>3.580</b>
	Masculino	24.642	2.462	20.979	1.451
	Feminino	25.235	4.451	23.284	2.129
	Diurno	29.638	3.457	22.123	2.056
	Noturno	20.239	3.456	22.140	1.524
Capital	34.652	4.925	40.005	3.203	
Interior	15.225	1.988	4.258	377	

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

Ainda com relação às matrículas e conclusões de graduação, vale analisar a distribuição destas em termos de localização. Os dados disponíveis mostram que a participação do setor privado no interior do Ceará é recente. É pequena a representação deste setor no total do estado, mas, ainda assim, vale destacar que, em 2004, quase 10% das matrículas do interior já estavam em instituições privadas. Quanto ao setor público, a presença deste no interior cearense tem se mantido constante - em média, 30% do total de matrículas. Ou seja: o movimento de ampliação do setor público, ao longo de toda a última década, tendeu a se concentrar na esfera de abrangência da capital.

No que diz respeito aos índices de conclusões em instituições do interior, ainda não há dados suficientes para analisar o setor privado. Quanto ao público, nota-se que é muito próximo o percentual de matrículas e de conclusões – ambos em torno de 30%. Vale ainda destacar a importância da presença das universidades estaduais no interior que, até 2001, respondiam pela totalidade das matrículas públicas. O segmento federal apenas recentemente passou a dirigir atenção para o interior cearense.

Este conjunto de dados permite perceber uma outra faceta do movimento de privatização da ES no Ceará: ele ocorre na capital (onde está instalada sua clientela potencial) e com maior ênfase no período noturno. Ao mesmo tempo, os dados apontam o sistema estadual como ator fundamental na garantia de oferta pública de formação em nível superior no interior e para a população de menor renda, que não pode frequentar cursos diurnos.

## 5 FUNÇÕES DOCENTES E SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

A princípio, na apontada expansão de instituições, cursos e matrículas não poderiam ocorrer sem que houvessem as devidas condições de infra-estrutura e de profissionais qualificados. As tabelas a seguir fazem breve análise da progressão destes profissionais, mantendo como referência o período 1991-2004.

Os dados da Tabela 27 mostram que o número de docentes mais do que dobrou na série analisada, tanto no País e na região quanto no estado. Apesar deste crescimento, não se observam alterações significativas quanto à representação nordestina no total do Brasil (com pequenas variações, estável em torno de 13,5%), assim como quanto à cearense na região (constante em torno 2,2%). Cabe destacar, porém, diferenças no que tange à categoria administrativa.

Nas instituições públicas, o segmento das federais manteve-se praticamente estagnado no período anterior à LDB/96, vindo a crescer nos anos seguintes. Com as IES estaduais, houve o movimento contrário: elas cresceram entre 1991-1996 e, nos anos seguintes, passaram por retração. No setor privado houve aumento significativo, acompanhando o processo de expansão de IES e cursos já analisado.

**Tabela 27 – Funções docentes (afastados e em exercício) por categoria administrativa, no Brasil, na Região Nordeste e no Ceará o período 1991-2004**

Ano	Brasil	Nordeste		Ceará			Pública		Privada	
		Total	%	Total	% Re	%Br	Federal	Estadual	Particular	Comunit./ Conf./Filant.
1991	146.988	24.895	16,9	3.355	13,5	2,3	1.455	1.203	697	-
1992	147.059	24.143	16,4	3.208	13,3	2,1	1.324	1.198	686	-
1993	150.823	25.389	16,8	3.167	12,5	2,1	1.345	1.174	648	-
1994	155.780	25.904	16,6	3.385	13,1	2,2	1.431	1.317	637	-
1995	161.645	26.677	16,5	3.643	13,7	2,3	1.429	1.531	683	-
1996	164.118	26.780	16,3	4.105	15,3	2,5	1.473	1.839	793	-
1997	174.481	27.088	15,5	3.538	13,1	2,0	1.469	1.300	56	713
1998	174.289	27.038	15,5	3.562	13,2	2,0	1.268	1.496	69	729
1999	189.902	29.518	15,5	4.247	14,4	2,2	1.687	1.578	136	846
2000	197.712	30.981	15,7	4.379	14,1	2,2	1.511	1.805	266	797
2001	219.947	34.006	15,5	4.406	13,0	2,0	1.527	1.664	375	840
2002	242.475	37.988	15,7	5.283	13,9	2,2	1.962	1.492	921	908
2003	268.816	43.393	16,1	5.852	13,5	2,2	1.874	1.626	1.334	1.018
2004	293.242	48.822	16,6	6.493	13,3	2,2	1.760	1.821	1.752	1.160
1991/1996 $\Delta$ %	11,7	7,6		22,4	-		1,2	52,9	13,8	-
1996/2004 $\Delta$ %	78,7	82,3		58,2	-		19,5	-1,0	120,9	62,7

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

A análise da expansão docente segundo a organização acadêmica (Tabela 28) mostra que as universidades, no conjunto, cresceram pouco em relação às faculdades, escolas e institutos isolados. Ainda quanto às universidades, vale destacar que o crescimento da função docente nas públicas no período 1991-1996 deve-se, como visto na tabela anterior, ao segmento estadual. No período pós-1996, o índice de docentes praticamente estabiliza, havendo “compensação” nos movimentos de aumento e retração dos segmentos federal e estadual.

**Tabela 28 – Funções docentes (afastados e em exercício) por setor público e privado e organização acadêmica e categoria administrativa no Ceará 1991-2004**

Ano	Universidades		Faculdades Integradas		Faculdades, Escolas e Institutos		Centros de Educação Tecnológica/ Faculdades de Tecnologia	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
1991	2.516	697	-	-	142	-	-	-
1992	2.381	686	-	-	141	-	-	-
1993	2.398	648	-	-	121	-	-	-
1994	2.748	637	-	-	-	-	-	-
1995	2.960	683	-	-	-	-	-	-
1996	3.312	753	-	9	-	31	-	-
1997	2.769	713	-	-	-	56	-	-
1998	2.764	723	-	-	-	75	-	-
1999	3.265	831	-	-	-	151	-	-
2000	3.316	797	-	-	-	266	-	-
2001	3.191	833	-	-	-	382	-	-
2002	3.291	858	-	-	-	971	163	-
2003	3.275	935	-	-	-	1.399	225	18
2004	3.328	985	-	-	-	1.735	253	192
1991/1996 $\Delta\%$	31,6	8,0	-	-	-100,0	-	-	-
1996/2004 $\Delta\%$	0,5	30,8	-	-	-	5496,8	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

É interessante notar que, a despeito das peculiaridades e diferenças de desenvolvimento entre os setores público e privado, visíveis ao longo da série analisada, no Ceará ambos chegam, em 2004, praticamente com a mesma relação docente/matrícula - em torno de 15,4%. Tal fato parece indicativo de que, no Estado, o crescimento do setor público neste quesito deu-se segundo a racionalidade do privado. Vale ressaltar que a média geral da relação função docente/matrícula no Ceará está acima da brasileira (1/14,9) e da nordestina (1,14,7) (Tabela 29).

**Tabela 29 – Funções docentes (em exercício) por matrículas na graduação - Brasil, Nordeste e Ceará (2004)**

Estado	Categoria Administrativa	Funções Docentes	Matrículas	Relação Função Docente/ Matrícula
Brasil	Públicas	93.800	1.178.328	1/12,6
	Privadas	185.258	2.985.405	1/16,1
	<b>Total</b>	<b>279.058</b>	<b>4.163.733</b>	<b>1/14,9</b>
Nordeste	Públicas	23.473	345.508	1/14,7
	Privadas	22.624	334.521	1/14,8
	<b>Total</b>	<b>46.097</b>	<b>680.029</b>	<b>1/14,7</b>
Ceará	Públicas	3.302	49.877	1/15,1
	Privadas	2.807	44.263	1/15,8
	<b>Total</b>	<b>6.109</b>	<b>94.140</b>	<b>1/15,4</b>

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

Considerando o conjunto de funções docentes, o Ceará conta, em 2004, com quase 60% de mestres ou doutores, 27,2% de especialistas e 13,3% de graduados. É importante lembrar que até o final da década de noventa, como destacado em momento anterior deste texto, a partir de dados do Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo governo estadual para estudar o assunto, o contingente de docentes com pós-graduação *strictu sensu* estava restrito praticamente à UFC, enquanto as demais IES tinham muito poucos professores nesta condição. Se, de um lado, estes indicadores mostram que o Ceará ainda está um tanto distante de atingir a meta de profissionais devidamente qualificados para o trabalho acadêmico, por outro, traduzem o esforço de titulação já realizado. Portanto, é preciso considerar que, se em 2004 as IES possuem 40% de graduados e especialistas, tal se constitui um avanço considerável, pois, em 1991, estes eram 68,1% e, em 1996, 63% do total.

**Tabela 30 – Funções docentes (afastados e em exercício) por titulação e categoria administrativa no Ceará 1991-2004**

Ano	Até Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
1991	29,7	10,9	18,7	8,8	20,0	1,8	9,8	0,3
1996	21,0	3,5	24,0	14,5	20,8	3,9	11,4	0,9
2000	13,9	0,6	18,2	12,6	27,5	9,1	16,2	1,9
2004	10,5	2,8	10,2	17,1	17,5	20,7	16,9	4,3

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

A análise da titulação segundo a categoria administrativa revela um perfil profissional um tanto distinto nos setores público e privado. Nas públicas, a série histórica aponta tendência de queda de graduados e especialistas, com aumento de mestres e doutores – atualmente, 62,4% do seu corpo docente. Nas privadas, embora os dados mostrem um significativo aumento da Titulação, a maior parte dos titulados se constitui de especialistas e mestres (Tabela 31).

É importante notar que a participação de graduados nas funções docentes, até 2001, apresentava tendência de queda, tanto em instituições públicas quanto privadas. Mas, desde então, houve incremento destes, principalmente nas públicas. Neste caso, tal se deve, possivelmente, à criação dos cursos tecnológicos. Quanto aos especialistas, os dados mostram que estes estão em queda nas públicas, mas em curva ascendente nas privadas.

Os mestres, por sua vez, crescem nos dois setores, mas em ritmo distinto: no público, de forma constante; no privado, com força desde 1999. Deste modo, em 2004, os mestres estão em maior número nas privadas que nas públicas. Este fato está vinculado, certamente, à necessidade de todas as instituições atenderem a LDB/96 quanto à manutenção de um mínimo de mestres e doutores no corpo docente. Tal explica, ainda, o aumento de doutores no setor privado. Quanto ao aumento de doutores, a presença destes, tanto em IES públicas quanto privadas, apresenta curva ascendente.

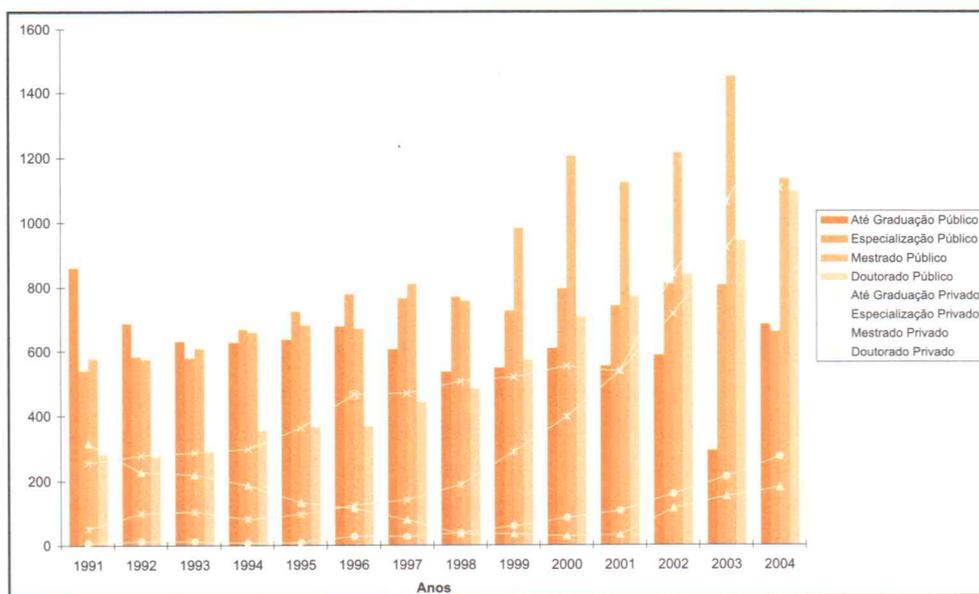
**Tabela 31 – Número de funções docentes (afastados e em exercício) segundo titulação e categoria administrativa no Ceará 1991-2004**

Ano	Total	Até Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado	
		Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
1991	2.897	861	316	541	256	578	53	284	8
1992	2.744	687	228	584	280	575	100	277	13
1993	2.734	631	220	580	288	608	104	291	12
1994	2.886	627	186	669	299	659	82	356	8
1995	3.013	636	133	725	364	681	97	368	9
1996	3.230	678	114	778	467	671	125	369	28
1997	3.343	607	79	765	470	811	141	443	27
1998	3.317	537	35	770	507	757	188	485	38
1999	3.680	549	35	727	520	984	291	574	61
2000	4.379	609	28	796	553	1.205	397	706	85
2001	4.406	554	32	742	537	1.124	539	771	107
2002	5.283	588	114	811	716	1.215	840	840	159
2003	5.852	295	152	808	923	1.452	1.064	945	213
2004	6.493	684	179	662	1.108	1.138	1.349	1.097	276
1991/1996 Δ%	-	-21,3	-63,9	43,8	82,4	16,1	135,8	101,2	250
1996/2004 Δ%	-	0,9	57,0	-14,9	137,3	70,0	979,2	197,3	885,7

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2004)

O Gráfico 13, a seguir, ilustra nas colunas o movimento da função docente em instituições públicas e, nas linhas, o das privadas. Nas primeiras, destacam-se as colunas referentes às titulações de mestre e doutor; nas privadas, as linhas relativas às de mestre e especialista.

**Gráfico 13 – Titulação docente (afastados e em exercício) por categoria administrativa no Ceará 1991-2004**



A análise das funções docentes segundo a organização acadêmica e a categoria administrativa permite melhor compreender a alocação dos docentes nas IES cearenses no âmbito do processo de expansão da ES por via da privatização. Até 2000, o regime de trabalho docente<sup>26</sup> dividia-se entre Tempo Integral (TI) e Tempo Parcial (TP), sendo que este apresentava tendência de queda entre 1991-2000. As Escolas e Faculdades Isoladas ou Integradas eram poucas e, embora quase exclusivamente privadas, também só contavam com docentes em TI ou TP. Os Centros de Educação Tecnológica ainda não existiam.

Os dados da Tabela 32, a seguir, mostram que em 2004, ou seja, apenas quatro anos depois, a situação é bem diversa. A maior parte dos docentes ainda está alocada em universidades, embora tenha havido queda de quase 30% neste indicador. A presença destas instituições públicas também se mantém marcante. No entanto, as universidades privadas mudaram de configuração: o regime de trabalho passou a ser, para mais de 50% dos docentes, o Horista (que inexistia quatro anos antes).

<sup>26</sup>De acordo com Cadastro Nacional de Docentes (Inep), o regime de trabalho docente divide-se em: i) docentes em tempo integral: no caso das IFES, são docentes contratados com 40 horas semanais de trabalho na mesma instituição, nelas reservado tempo de, pelo menos, 20 horas semanais destinadas a estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de alunos. Serão consideradas para o tempo integral 36 horas semanais de trabalho para as instituições privadas, tendo em vista que, por acordo coletivo, o tempo integral varia de 36 a 44 horas semanais de trabalho, nelas reservado pelo menos 50% do tempo para estudos, pesquisa, trabalho de extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de alunos; ii) docentes em tempo parcial: docentes contratados com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, nelas reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos; iii) docentes horistas: docentes contratados pela instituição exclusivamente para ministrar horas-aula, independentemente da carga horária contratada ou que não se enquadrem nos outros regimes de trabalho acima definidos.

O aumento das funções docentes deu-se em recém-criadas faculdades e escolas isoladas privadas, que privilegiam o regime horista e tempo parcial, ou seja, apenas 29,7% atuam em tempo integral, com possibilidade de dedicação a atividades de pesquisa e extensão. E houve a criação de centros de educação tecnológica, dedicada a formar tecnólogos, especialistas em áreas bastante específicas, que tanto no setor público quanto no privado, oferecem cursos com menor tempo de duração (em média, 30 meses).

**Tabela 32 – Funções docentes por regime de trabalho, organização acadêmica e categoria administrativa no Ceará – anos selecionados**

Ano/Regime de Trabalho	Total Geral	Universidades				Faculdades, Escolas e Institutos e Faculdades Isoladas e Integradas*				Centros de Educação Tecnológica/ Faculdades de Tecnologia				
		Total	%	Pública	Privada	Total	%	Pública	Privada	Total	%	Pública	Privada	
1991	Tempo Integral	1.835	1.772	96,6	1.658	114	63	3,4	63	-	-	-	-	-
	Tempo Parcial	1.062	993	93,5	474	519	69	6,5	69	-	-	-	-	-
	Horista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.897</b>	<b>2.765</b>	<b>95,4</b>	<b>2.132</b>	<b>633</b>	<b>132</b>	<b>4,6</b>	<b>132</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
1996	Tempo Integral	2.313	2.305	99,7	2187	118	-	-	-	-	-	-	-	-
	Tempo Parcial	917	885	96,5	309	576	31	3,5	-	31	-	-	-	-
	Horista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.230</b>	<b>3.190</b>	<b>98,8</b>	<b>2.496</b>	<b>694</b>	<b>31</b>	<b>1,2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
2000	Tempo Integral	3.321	3.299	99,3	3.054	245	22	0,7	-	22	-	-	-	-
	Tempo Parcial	1.058	814	76,9	262	552	244	23,1	-	244	-	-	-	-
	Horista	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.379</b>	<b>4.113</b>	<b>93,9</b>	<b>3.316</b>	<b>797</b>	<b>266</b>	<b>6,1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
2004	Tempo Integral	4.132	3.445	83,4	3.152	293	298	7,2	-	298	389	9,4	241	148
	Tempo Parcial	1.007	401	39,8	176	225	589	58,5	-	589	17	1,7	12	5
	Horista	1354	467	34,5	0	467	848	62,6	-	848	39	2,9	-	39
<b>Total</b>	<b>6.493</b>	<b>4.313</b>	<b>66,4</b>	<b>3.328</b>	<b>985</b>	<b>1.735</b>	<b>26,7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>445</b>	<b>6,8</b>	<b>253</b>	<b>192</b>	

Fonte: MEC/ Inep/Deaes (2004). \*As faculdades, escolas e institutos isolados possuem, em 1996, uma divisão na coluna que permite apontar dados sobre as faculdades integradas (referentes a apenas três anos da série histórica analisada)

A Tabela 33 mostra a progressão dos servidores técnico-administrativos no período 1991-2004. Os dados revelam, com relação a este indicador, que o Nordeste apresenta crescimento numérico; no entanto, este não implica em aumento da representação da região no País - que, ao contrário, diminui 3,2% entre 1991-2004. O Estado do Ceará, por sua vez, também cresceu numericamente, mas apresenta queda de sua representação no País (-0,5%) e na região (-0,4%).

Estes dados, se analisados considerando a grande expansão da ES no País nos últimos 15 anos, torna-se mais um forte indicativo da lógica que o regeu. Os avanços do setor público deram-se sem crescimento do setor público, que teve forte retração a partir de 1998. No Ceará, apenas o setor privado cresceu.

**Tabela 33 – Servidores técnico-administrativos (afastados e em exercício) no Brasil, Nordeste e Ceará - 1991 – 2004**

Ano	Brasil	Nordeste		Ceará				
		Total	%	Total	% Re	%Br	Pública	Privada
1991	184.928	35.693	19,3	5.198	14,6	2,8	4.437	761
1992	194.808	36.706	18,8	4.708	12,8	2,4	4.119	589
1993	204.934	39.396	19,2	4.782	12,1	2,3	4.167	615
1994	211.660	41.878	19,8	4.976	11,9	2,4	4.361	615
1995	218.085	40.316	18,5	5.324	13,2	2,4	4.710	614
1996	222.202	40.533	18,2	5.306	13,1	2,4	4.627	679
1997	213.436	37.899	17,8	5.020	13,2	2,4	4.423	597
1998	194.628	33.208	17,1	5.248	15,8	2,7	4.440	808
1999	198.525	33.922	17,1	5.166	15,2	2,6	4.346	820
2000	202.888	32.963	16,2	4.921	14,9	2,4	4.275	646
2001	206.040	30.764	14,9	3.911	12,7	1,9	3.034	877
2002	225.071	36.832	16,4	4.841	13,1	2,2	3.138	1.703
2003	244.456	38.274	15,7	5.002	13,1	2,0	2.991	2.011
2004	260.642	41.911	16,1	5.942	14,2	2,3	3.099	2.843
1991/1996 $\Delta$ %	20,2	13,6	-	2,1	-	-	4,3	-10,8
1996/2004 $\Delta$ %	17,3	3,4	-	12,0	-	-	-33,0	318,7

Fonte: MEC/ Inep/Deaes (2004)

Os dados da Tabela 34 mostram a relação servidores técnico-administrativos/matricula no Ceará, em 2004, bastante próxima nos setores público e privado (1/16,1 e 1/15,6, respectivamente), ratificando a análise anterior. É curioso notar que o estado fica em uma faixa intermediária quando comparado aos índices existentes no Brasil e no Nordeste, em que o setor público tende a apresentar a relação servidores técnico-administrativos/matricula menor (1/12, em média), enquanto o privado, como seria esperado, maior (em torno de 1/20).

**Tabela 34 – Servidores técnico-administrativos (afastados e em exercício) por matrículas na Graduação - Brasil, Nordeste e Ceará (2004)**

Estado	Categoria Administrativa	Servidores Técnico-Administrativos	Matrículas	Relação Servidores/ Matricula
Brasil	Públicas	115.150	1.178.328	1/10,2
	Privadas	145.492	2.985.405	1/20,5
	Total	260.642	4.163.733	1/16,0
Nordeste	Públicas	25.311	345.508	1/13,6
	Privadas	16.600	334.521	1/20,1
	Total	41.911	680.029	1/16,2
Ceará	Públicas	3.099	49.877	1/16,1
	Privadas	2.843	44.263	1/15,6
	Total	5.942	94.140	1/15,8

Fonte: MEC/ Inep/DEAES (2004)

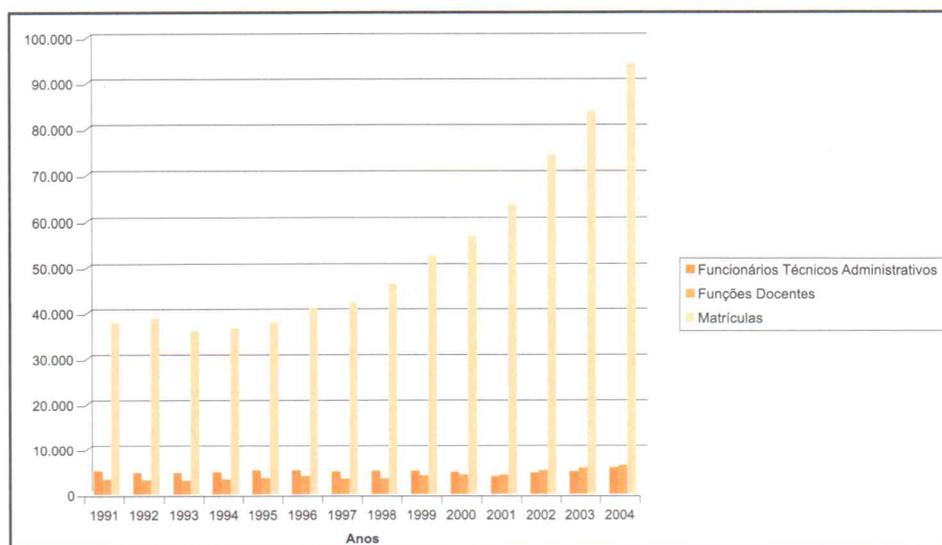
A Tabela 35 permite comparar a evolução dos indicadores de funções docentes, servidores técnico-administrativos e matrículas no Ceará ao longo do período 1991-2004. Apesar de não fazer distinção segundo categoria administrativa, a diferença numérica é bastante representativa de que a explosão de matrículas da última década foi feita com base na contratação de novos docentes, sem a recíproca no que tange aos servidores (Gráfico 14).

**Tabela 35 – servidores técnicos administrativos, funções docentes e matrículas nos cursos de graduação presenciais – Ceará, período 1991-2004**

Ano	Servidores Técnicos Administrativos	Funções Docentes	Matrículas
1991	5.198	3.355	37.904
1992	4.708	3.208	38.823
1993	4.782	3.167	36.048
1994	4.976	3.385	36.820
1995	5.324	3.643	38.005
1996	5.306	4.105	41.238
1997	5.020	3.538	42.377
1998	5.248	3.562	46.496
1999	5.166	4.247	52.422
2000	4.921	4.379	56.717
2001	3.911	4.406	63.429
2002	4.841	5.283	74.271
2003	5.002	5.852	83.808
2004	5.942	6.493	94.140

Fonte: MEC/ Inep/DEAES (2004)

**Gráfico 14 – Funções docentes, servidores técnico-administrativos e matrículas no Ceará 1991-2004**



O conjunto dos dados apresentado neste item torna necessário questionar quais as condições mínimas de infra-estrutura e qualificação profissional para o funcionamento de uma instituição de educação superior.

## 6 LIMITES À EXPANSÃO DO SETOR PRIVADO NA REGIÃO NORDESTE E NO ESTADO DO CEARÁ

Como visto, a educação superior na Região Nordeste sofreu uma explosão de crescimento no período de 1996-2004. Se considerarmos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2004, em que 67,7% dos habitantes de moradores em domicílios particulares permanentes possuem rendimento até três salários mínimos (até R\$ 641,00 mensais), e um valor médio de R\$ 400,00 para a mensalidade de um curso superior, podemos perceber que famílias na faixa entre cinco e dez salários mínimos estariam no limite para o pagamento de mensalidades, pois gastariam, em média, 22,1% do seu rendimento com tal despesa. Apenas famílias com renda acima de dez salários mínimos podem pagar por educação superior sem comprometer demasiado o restante do orçamento.

As evidências da existência do limite alcançado para a expansão do setor privado na Região Nordeste estão, além da existência de preocupante percentual de vagas ociosas nas instituições privadas, na crescente inadimplência dos estudantes (em torno de 30%) e nas ações de governo de pretender minimizar, ao menos temporariamente, as dificuldades de estudantes cujas famílias não conseguem pagar as IES. Para isso, o Governo Federal lançou, em 1999, por meio da Medida Provisória nº 1.827 de 27 de maio, o programa de Financiamento Estudantil (Fies) que beneficiou, com contratos em desembolso, conforme Relatório de Gestão 2004 divulgado pelo MEC, 190.223 estudantes no País.

Também com a orientação de facilitar o acesso de estudantes carentes ao ensino superior e com objetivo de preencher vagas ociosas do setor privado, o governo Lula lançou, em 10 de setembro de 2004, a MP no 213 que instituiu o Programa Universidade para Todos (ProUni). A expectativa governamental é a de que esse programa atenda 120 mil alunos da rede privada. Com esse mesmo propósito, alguns governos estaduais implantaram programas de bolsas universitárias, como Goiás, Bahia e Minas Gerais.

É, portanto, pequena a margem de expansão do setor privado no Nordeste, tornando praticamente impossível a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de atingir 30% dos alunos com idade entre 18 e 24 anos na educação superior até o ano de 2011 (em torno de 2 milhões de estudantes) sob a responsabilidade dos setores público federal, estadual e municipal, Pois isso exigiria uma elevação substancial dos recursos financeiros aportados às instituições por eles mantidas.

O Ceará está entre os estados da Região Nordeste em que a educação superior teve maior crescimento de 1996-2004, no entanto, é muito elevado seu índice de ociosidade. Mas os limites da expansão do setor privado no Estado ficam perceptíveis quando considerado o percentual dos domicílios com rendimentos mensais de até três salários mínimos, que chega a 69,6%, e os com renda acima de 20 salários – apenas 1,6%. Novamente, se considerados a renda familiar e valor médio de mensalidade, o Ceará, como um todo, conta com 5,2% de famílias em condições de pagar por ES (Tabela 36).

**Tabela 36 – Expansão de vagas em ES 1996-2004, ociosidade e renda acima de 10 SM em estados da Região Nordeste**

Estados	% aumento vagas 1996-2004	% Ociosidade	Rendimento mensal domiciliar acima 10 SM*
Maranhão	577,2	59,1	4,6
Piauí	502,2	55,4	4,7
<b>Ceará</b>	<b>308,0</b>	<b>44,3</b>	<b>5,2</b>
Rio Grande do Norte	258,8	40,4	7,0

Fonte: MEC/Inep/Deaes; (2004). \*Fonte: IBGE-Pnad 2004. (1) Exclusive rendimentos dos moradores de menos de 10 anos de idade e dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico. (2) Exclusive domicílios sem declaração do valor do rendimento. (3) Inclusive os domicílios cujos moradores receberam somente benefícios

Em 2004, os jovens com idade entre 18-24 anos no Ceará pertencentes às famílias com rendimentos acima de dez salários mínimos, ou seja, que poderiam pagar mensalidades, representavam pouco mais de 5% da população desta faixa etária no Estado. Dentre estes, parte significativa já está matriculada em IES privadas (Tabela 37).

**Tabela 37 – Jovens de 18-24 anos de famílias com renda superior a 10 SM e matrículas em IES privadas em 2004**

Estados	Jovens 18-24 renda + 10 SM		Estudantes matriculados nas IES privadas	
	N	% pop. 18-24 anos	N	%
Maranhão	41.319	4,6%	27.177	65,7%
Piauí	20.503	4,7%	15.596	76,0%
<b>Ceará</b>	<b>58.742</b>	<b>5,3%</b>	<b>44.263</b>	<b>75,3%</b>
Rio Grande do Norte	31.753	6,9%	18.747	59,0%

Fonte: IBGE-Pnad 2004

Supondo que, do percentual restante, parte expressiva esteja matriculada no setor público, tem-se idéia de por onde pode expandir o setor privado: para segmentos com renda inferior a dez salários mínimos, cuja margem de ingresso na ES é bastante restrito.

Sabemos que estas são suposições que, embora insuficientes para apreender a realidade em sua complexidade, permitem concluir que o quantitativo de estudantes que poderia pagar por ES começa a alcançar o limite possível para a configuração socioeconômica da população dos diversos estados da Região Nordeste.

## 7 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO CEARÁ: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame das informações apresentadas ao longo deste estudo permite delinear alguns traços marcantes da ES no Ceará. De maneira geral, pode-se dizer que os saltos de qualidade que este pequeno Estado nordestino vem procurando empreender nas últimas décadas não encontram sua contrapartida em um sistema de ES vigoroso. A apreciação acerca de alguns de seus indicadores de crescimento mostra que tal situação não é motivada por omissão do Poder Público estadual, mas, antes, pelo avanço do processo de privatização, que faz com que a demanda por ES do cearense seja atendida, crescentemente, por pequenas IES particulares com infra-estrutura mínima, dedicadas apenas a atividades de ensino, com servidores docentes e técnico-administrativos pouco qualificados e, ainda, pouco comprometidas com a qualidade da formação que oferecem.

Com cerca de 90% de seu território no semi-árido, e uma sociedade pobre e desigual, desde meados da década de oitenta o Ceará teve administrações empenhadas em promover saneamento das finanças públicas e inserir o estado em novo patamar de desenvolvimento econômico e social. Assim, passou a chamar atenção de órgãos bilaterais e estudiosos internacionais pela adoção de inúmeras políticas públicas bem sucedidas<sup>27</sup>. Foi por iniciativa do governo estadual que surgiram importantes programas sociais, a exemplo dos agentes de saúde e agentes rurais, posteriormente disseminados a outros estados. A adoção de políticas de saúde e de educação levou o estado a obter um ganho significativo e em termos de IDH, saindo da 23ª posição no País para a 19ª, como se vê na tabela a seguir:

**Tabela 38 – IDH no Brasil e Ceará em anos selecionados**

Estados/País	1980	1991	1996	2000
Ceará	0,477	0,537	0,590	0,699
Brasil	0,734	0,787	0,830	0,764

Fonte: PNUD, IPEA, FJP e IBGE. (Ceará: 2003, p. 35)

O Ceará é hoje o único estado brasileiro a ter um Sistema de Gestão por Resultados (GPR)<sup>28</sup>, com um Sistema de Inclusão Social (SIS) que, por sua vez, se explicita em um conjunto de Metas de Inclusão Social para todas as áreas de governo (CEARÁ. SIM, 2005)<sup>29</sup>.

A participação do governo estadual tem sido determinante na oferta de educação em seus diferentes níveis, do ensino fundamental à educação superior. Embora este nível de ensino tenha sido municipalizado, cerca de dois terços de recursos do Fundef são aportados pelo

<sup>27</sup> Ver, a propósito: Tendler (1998).

<sup>28</sup> Conferir: Nota Técnica 11. Gestão Pública por Resultados na perspectiva do Estado do Ceará. In. <http://www.ipece.ce.gov.br>. Acesso em: 03/06/2006.

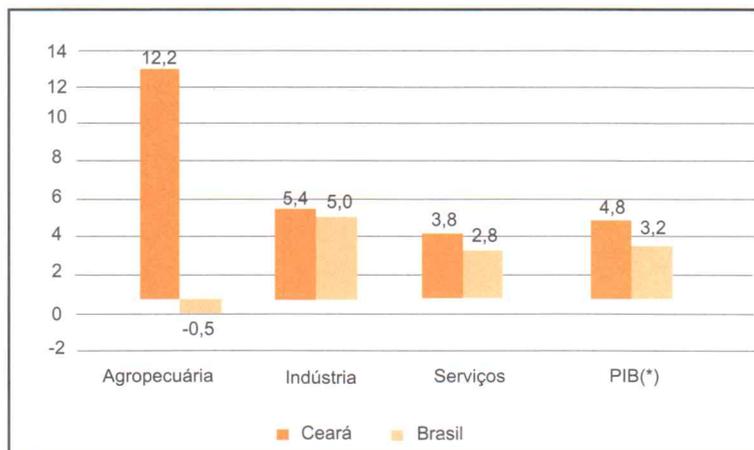
<sup>29</sup> Ver, no site referido na nota anterior, Texto para Discussão 4: Inclusão social no Ceará: um sistema de acompanhamento e avaliação e Texto para Discussão 10: Inclusão Social no Ceará: um sistema de acompanhamento e avaliação. Conferir ainda: Nota Técnica 10: O Índice de performance social do Ceará e Nota Técnica 4. Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP).

estado. No ensino médio, a matrícula é majoritariamente estadual, ocupando o Ceará a sétima posição em termos de número de matrículas na rede estadual do País. No ensino superior não é diferente, uma vez que o Estado mantém o sexto maior percentual de matrículas do País<sup>30</sup>.

Em termos de políticas de alfabetização de crianças e de adultos, dimensão perversa dos desafios brasileiros por superar, o Ceará desponta no cenário nacional como protagonista de iniciativas significativas. Há ações compartilhadas entre o Poder Público e outros atores sociais, com decisivo envolvimento dos municípios visando o sucesso na alfabetização de todas as crianças e de jovens e adultos excluídos do processo escolar. Assim, ao mesmo tempo em que desponta como a Unidade da Federação com maior contingente de alunos matriculados no Programa Brasil Alfabetizado, o estado criou o Comitê Cearense pela Eliminação do Analfabetismo Escolar<sup>31</sup>.

A face social das políticas públicas está fortemente assentada numa política econômica orientada para o desenvolvimento econômico sustentável em médio e longo prazo. Mesmo sendo um dos estados mais pobres da federação, seu PIB tem crescido acima dos índices do Nordeste e do Brasil. Entre 1985 e 2000, a economia cearense “acumulou uma taxa positiva de 68,42%, o Nordeste 46,61%, e o Brasil, 46,52%”. Em termos de crescimento médio anual, o Ceará alcançou a marca de 3,54%, o Brasil e o Nordeste 2,58% (CEARÁ: 2003, p. 43). E indicadores recentes, dos anos 2005-2006, também mostram que o percentual de crescimento do PIB cearense tem se mantido acima da média nacional, como mostra o Gráfico 15, a seguir:

**Gráfico 15 – PIB por setores - Ceará/Brasil - 1º trimestre/2005-2006 (%)**



Fonte: IPECE e IBGE (2006)

<sup>30</sup> Dados de 2003 referentes à matrícula estadual no ensino superior por população indicam que, por ordem de atendimento, estão à frente do Ceará, pela ordem: Piauí, Tocantins, Paraná, Goiás e Amazonas. (Secitece: 2006).

<sup>31</sup> O Comitê é uma iniciativa supra-partidária que vem empreendendo esforço colaborativo no sentido de eliminar o analfabetismo escolar. Foi criado pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, com parceria do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Ceará (Undime-CE), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e da Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará (Seduc). Conta com apoio de universidades (UFC, Unifor, Uece, UVA e Urca), do Conselho de Educação do Ceará (CEC), do Fórum das Creches de Fortaleza, dentre outros. Conferir: Ceará (2006).

O desenvolvimento do estado tem sido direcionado para grandes programas e projetos estruturantes, a exemplo do complexo portuário (Porto do Pecém), onde está sendo construída uma siderurgia que vai abrigar importante pólo petroquímico. A edificação de um moderno aeroporto na década de noventa, ao lado de uma política de incentivos, transformou o Estado em um destino preferencial de turismo no País. Ao mesmo tempo, tem promovido a expansão de sua infra-estrutura hídrica e a integração de bacias hidrográficas, visando a superação de problemas seculares causados pela seca.

Feitos esses comentários sobre o esforço do estado no sentido de alçar-se a um novo patamar de desenvolvimento, cabe indagar acerca do lugar da ES nesse contexto mais geral, uma vez que os dados relativos ao período 1991-2004 indicam um ritmo excessivamente lento de crescimento deste nível de ensino. Nesse sentido, vale a pena aprofundar se tem havido preocupação das elites e dos governos a fim de definir uma agenda capaz de colocar a educação superior a serviço da inserção do Ceará na sociedade do conhecimento.

Uma breve retrospectiva sobre iniciativas promovidas no referido período permite perceber que não tem faltado interesse, por parte de diferentes segmentos, em apresentar projetos e alternativas capazes de alterar o quadro de histórico descompasso e falta de integração entre a ES e as instituições/órgãos responsáveis pela promoção do desenvolvimento econômico e social. Sem proceder ao detalhamento das iniciativas desenvolvidas pelo governo estadual no sentido de definir uma política de ciência e tecnologia, expressa nos planos de governo e nas mensagens do Executivo, vale mencionar algumas delas, identificadas entre 1991 e 2001:

1. 1991-1992 – composição de Grupo de Trabalho, por iniciativa do governador do estado, com objetivo de apresentar diagnóstico e proposições para a educação superior no Ceará, antes referido, cujas sugestões estão reunidas no documento: universidade, ciência e tecnologia – um projeto para o CEARÁ (op. cit);
2. 1994 – elaboração do Plano Estratégico de Educação Superior, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará, sob a coordenação da Secretaria da Ciência e Tecnologia (Ceará. SECITECE: 1994);
3. 1996 – proposta do Centro Industrial do Ceará (CIC), apresentada ao governador, visando promover maior inserção da universidade no desenvolvimento econômico do Estado (Matos, Alcântara e Dummar, orgs: 1999)<sup>32</sup>;
4. 1997 – ciclo de debates promovido pelo Conselho de Educação do Ceará, por meio do Fórum da Modernidade, que resultou na publicação: A responsabilidade das universidades para com o desenvolvimento sustentável (Ceará. CEC:1997);
5. 2000-2001 – criação de Comissão Especial do Ensino Superior no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, que apresentou relatório circunstanciado sobre suas atividades e propostas, publicado por Linhares (2001).

---

<sup>32</sup> O documento “Visão do Sistema Universitário Estadual” foi elaborado sob a coordenação do Centro Industrial do Ceará (CIC) e do Pacto de Cooperação, em junho de 1996.

Nota-se que têm sido propostas muitas iniciativas visando promover a ES no Ceará de forma articulada ao desenvolvimento do estado. Mas a construção de vínculos sólidos (e não apenas projetos pontuais, de curto prazo), capazes de fazer das IES atores chave do desenvolvimento regional, exige projetos de longo prazo. Assim, se, por um lado, é verdade que as instituições públicas têm envidado esforços no sentido de qualificar os recursos humanos e oferecer respostas ao desafio de uma sociedade que busca inserir-se em novo patamar de desenvolvimento, por outro, muito há por ser feito. De qualquer forma, em meio a uma quantidade de proposições as mais diversas quanto à contribuição da ES no Ceará para o desenvolvimento regional, um consenso se destaca no âmbito deste debate: somente com a continuidade de investimentos na universidade pública se atingirá o objetivo proposto.

Os investimentos em ES têm representado um pesado ônus para o governo estadual, que arca com as despesas de manutenção e capital de três universidades, e de um sistema de educação profissional que vem ocupando espaço crescente na política de qualificação de recursos humanos no estado<sup>33</sup>. A despeito deste esforço, as instituições do sistema estadual vivem à míngua de recursos, com dificuldades para enfrentar despesas de manutenção cotidiana e oferecer salários compatíveis com o mercado. Não é mais animadora a situação da universidade federal, onde os efeitos do sucateamento também se fazem sentir.

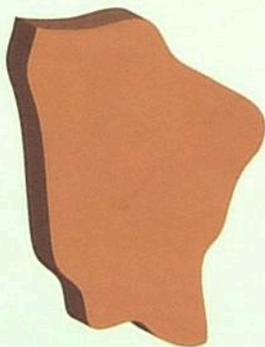
No cenário acima delineado, não surpreende que a participação da iniciativa privada na educação superior tenha ocupado tanto espaço, respondendo pelo surpreendente e explosivo crescimento da oferta nos últimos dez anos, e tornando-a ator importante no atendimento à demanda social por ES e na qualificação de profissionais deste nível de ensino.

Por certo ainda é cedo para prever novos rumos para a educação superior no Ceará. Mas, considerando as marcas do passado, é de supor que a proliferação de escolas há de resultar em um novo momento de articulação entre estas, onde haverá um processo de depuração entre o “joio e o trigo”. As que oferecerem resposta às exigências do mercado e se revelarem fortes, hão de sobreviver a um ciclo de expansão que parece estar em vias de se esgotar. Neste novo cenário, espera-se que as políticas públicas federais e estaduais possam assegurar a sobrevivência de instituições que, além de acessíveis a uma parcela maior da população, ofereçam formação mais atenta às demandas de desenvolvimento econômico, social e cultural da região.

---

<sup>33</sup> Entre 2000 e 2005 a despesa com as três universidades representou R\$ 510.789.058,09, distribuídos entre despesa corrente (R\$ 327.425.880,68) e de capital (R\$ 17.966.851,33).

EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA 1991-2004



Ceará



ISBN 85-86260-59-2



9 798586 260598

**INEP**

Ministério  
da Educação

**BRASIL**  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL